

**Relatoria do 4º Encontro do Fórum de Dirigentes do SNUC**

**Ministério do Meio Ambiente**

**Departamento de Áreas Protegidas**



# Sumário

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>4</b>
<b>2. ORGANIZAÇÃO DO EVENTO .....</b>	<b>5</b>
2.1. OBJETIVOS .....	5
2.2. ABERTURA .....	5
2.3. PARTICIPANTES .....	7
2.4. PROGRAMAÇÃO .....	7
<b>3. PRINCIPAIS TEMAS ABORDADOS NO 4º ENCONTRO DO FÓRUM DE GESTORES.....</b>	<b>8</b>
3.1. PANORAMA ATUAL DO SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E A NOVA PLATAFORMA DO CADASTRO NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO .....	8
3.1.1. <i>O Sistema Nacional de Unidades de Conservação em números - Michele Sato (DAP/MMA).....</i>	<i>8</i>
3.1.2. <i>O Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – Betânia Fichino (DAP/MMA).....</i>	<i>10</i>
3.1.3. <i>Trabalhos em Grupos sobre a adesão e ampliação do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação - CNUC.....</i>	<i>13</i>
3.2. SISTEMA DE ANÁLISE E MONITORAMENTO DA GESTÃO – SAMGE E A REVISÃO DO PNAP .....	16
3.2.1. <i>Sistema de Análise e Monitoramento da Gestão (SAMGe) – Marina Faria do Amaral (DAP/MMA).....</i>	<i>17</i>
3.2.2. <i>Avaliação do Plano Nacional de Áreas Protegidas – Renata Gatti (DAP/MMA).....</i>	<i>18</i>
3.3. COMUNICAÇÃO: O SNUC ENGAJANDO PESSOAS PELA NATUREZA – MICHELE SATO E ROSIANE PINTO (DAP/MMA) .....	20
3.3.1. <i>Trabalhos em grupos sobre o tema comunicação e identidade visual .....</i>	<i>21</i>
3.5. SISTEMA INFORMATIZADO DE MONITORIA DE RESERVAS PARTICULARES DO PATRIMÔNIO NATURAL – SIMRPPN - BERNARDO BRITO /ICMBIO .....	23
3.6. BOAS PRÁTICAS PARA FOMENTAR OS PROCESSOS DE CRIAÇÃO DE RPPN E A SUPERAÇÃO DOS DESAFIOS PARA INCLUSÃO DAS RPPNS NO CNUC - ÂNGELO SIMÃO – DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO DA CNRPPN E LAERCIO DE SOUSA - COORDENADOR DO PROJETO RESERVAS PRIVADAS DO CERRADO.....	24
3.7. BOAS PRÁTICAS PARA A GESTÃO E CONSOLIDAÇÃO DO SNUC NOS ESTADOS: RELATOS DE EXPERIÊNCIAS, INOVAÇÕES E OPORTUNIDADES PARA A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA .....	27
3.7.1. <i>Boas Práticas na gestão e consolidação do SNUC nos estados – Maurício Guerra ABEMA (SEMAS/PE) .....</i>	<i>27</i>
3.7.2. <i>Parceria Público Privado: Projeto Reviva Parques - Rejane Pieratti (IBRAM/DF) .....</i>	<i>29</i>
3.7.3. <i>Oportunidades de alternativas financeiras para o SNUC – Manoel Serrão (FUNBIO) .....</i>	<i>30</i>
3.7.4. <i>Recuperação da vegetação nativa de áreas degradadas em UCs – Otávio Ferrarini (DECO/SAS/MMA).....</i>	<i>31</i>
3.7.5. <i>Integração das Unidades de Conservação aos contextos locais: projetos comunitários – Andrea Moreira (SEMA/CE).....</i>	<i>33</i>
3.7.6. <i>Brigada Voluntária – Hudson Félix (Flona de Brasília/ICMBio).....</i>	<i>34</i>
3.7.7. <i>A gestão do risco de incêndios florestais em áreas protegidas - Liana O. Anderson (CEMADEN).....</i>	<i>35</i>
3.7.8. <i>Plano de Manejo das UCs – Daniel Castro (ICMBio).....</i>	<i>36</i>
3.7.9. <i>Experiência do Instituto Florestal de Minas Gerais com a elaboração de plano de manejo das UCs – Helen Duarte.....</i>	<i>38</i>
<b>4. SUGESTÕES DE TEMAS PARA O PRÓXIMO ENCONTRO .....</b>	<b>40</b>
<b>5. AVALIAÇÃO DO ENCONTRO .....</b>	<b>43</b>
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>45</b>

## Lista de Siglas

ABEMA	Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente
Acadebio	Academia Nacional de Biodiversidade
ANA	Agência Nacional de Águas
ANAMMA	Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente
CEMADEN	Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais
CNRPPN	Confederação Nacional de Reservas Particulares do Patrimônio Natural
CNUC	Cadastro Nacional de Unidades de Conservação
COPRH/PE	Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
DAP	Departamento de Áreas Protegidas
DECO	Departamento de Ecossistemas
EaD	Ensino a Distância
FF/SP	Fundação Florestal de São Paulo
Funbio	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
GEF Terrestre	Projeto Estratégias de Conservação, Restauração e Manejo para a Biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal
GIZ	Cooperação Técnica Alemã
IAP/PR	Instituto Ambiental do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAM/DF	Instituto Brasília Ambiental
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDEFLORBio/PA	Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará
IDEMA/RN	Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente
IEF/MG	Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais
IEMA/ES	Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Espírito Santo
IMA/AL	Instituto do Meio Ambiente de Alagoas
IMA/MS	Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
IMA/SC	Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina
INEA/RJ	Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro
INEMA/BA	Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
MMA	Ministério do Meio Ambiente
Naturatins	Instituto Natureza do Tocantins
OEMA	Órgão Estadual de Meio Ambiente
OG	Órgão Gestor
OMEC	Outras Medidas Efetivas de Conservação Baseada em Área
PNAP	Plano Nacional de Áreas Protegidas
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SAMGe	Sistema de Análise e Monitoramento da Gestão
SAS	Secretaria da Amazônia e Serviços Ambientais
SEMA/AP	Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amapá
SEMA/CE	Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Ceará
SEMA/MA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais
SEMA/MT	Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Mato Grosso
SEMA/RS	Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura do Rio Grande do Sul
SEMAD/GO	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Goiás
SEMAPI/AC	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e das Políticas Indígenas do Acre
SERNANP	Serviço Nacional de Áreas Naturais Protegidas pelo Estado - Peru
SIBBR	Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira
SIGEO	Sistema Integrado de Geoinformação
SIMRPPN	Sistema Informatizado de Monitoria de Reservas Particulares do Patrimônio Natural
SISBIO	Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade
SISEMA/MG	Sistema Estadual de Meio Ambiente de Minas Gerais
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
UC	Unidade de Conservação

## 1. Introdução

Este relatório documenta o 4º Encontro do Fórum de Gestores do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, realizado nos dias 20, 21 e 22 de outubro de 2021, pelo Departamento de Áreas Protegidas da Secretaria de Áreas Protegidas do Ministério do Meio Ambiente. O evento ocorreu no formato remoto por meio da ferramenta Microsoft *Teams*, no horário das 9h00 às 13h00, com moderação de Leda Luz, e relatoria de Sandra Costa, por meio de contratação via apoio da GIZ/Projeto *LifeWeb* SNUC.

O 4º Encontro do Fórum do SNUC contou com a participação de cerca de 60 representantes dos órgãos de meio ambiente estaduais, responsáveis pela gestão das unidades de conservação na esfera estadual, do ICMBio, como instituição responsável pela gestão das UC no nível federal, do Departamento de Áreas Protegidas – DAP vinculado à Secretaria de Áreas Protegidas do Ministério do Meio Ambiente, como coordenador do SNUC e instituições parceiras, como Funbio e GIZ e convidadas, como ANAMMA, ABEMA e CNRPPN.

O evento trouxe informações sobre as ações do DAP e seus parceiros para o fortalecimento do SNUC, como a reestruturação da plataforma do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CNUC; o desenvolvimento da identidade visual para o SNUC; a preparação de orientações sobre mecanismos financeiros para unidades de conservação locais; informações sobre as possibilidades do Sistema de Análise e Monitoramento da Gestão – SAMGe, como instrumento de apoio à gestão das unidades de conservação por todos os órgãos gestores do país e a iniciativa de avaliação do Plano Nacional de Áreas Protegidas – PNAP.

O Encontro constitui-se também em espaço de troca de informações e experiências sobre temáticas relevantes para o SNUC como um todo e para a gestão das unidades de conservação em específico. Órgãos gestores do SNUC e organizações parceiras foram convidadas a compartilhar suas boas práticas e informações sobre: (i) Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), com informações sobre o Sistema Informatizado de Monitoramento das RPPN e sobre as estratégias para criação e os desafios para inclusão das RPPNs no Cadastro Nacional de UC; (ii) levantamento realizado pela Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente – ABEMA no contexto de sua Câmara Técnica do Clima, sobre o papel dos Estados na Agenda do Clima, no qual as UC constituem estratégia relevante; (iii) oportunidades alternativas e boas práticas no que se refere à sustentabilidade financeira; (iv) experiências de integração das unidades de conservação aos contextos locais, com projetos junto à segmentos sociais, como mulheres e jovens e criação de brigadas voluntárias atendendo à necessidades específicas das unidades de conservação; (v) a avaliação de riscos de incêndios florestais em áreas protegidas desenvolvido pelo CEMADEN para apoiar a prevenção e combate aos incêndios, que possuem tendência de intensificação; (vi) a experiência em apoiar a recuperação da vegetação nativa do Departamento de Ecossistemas, da Secretaria da Amazônia e Serviços Ambientais do MMA; e (vii) elaboração de planos de manejo, baseado nas informações existentes e compartilhadas com a sociedade e organizações envolvidas na gestão da unidades de conservação.

Nas seções seguintes são detalhadas as informações e os diálogos referentes aos temas tratados no 4º Encontro do Fórum do SNUC.

## 2. Organização do evento

### 2.1. Objetivos

Os objetivos propostos para a realização do 4<sup>o</sup> Encontro foram:

- ✓ Comunicar as ações do DAP/MMA para a consolidação de UC /SNUC;
- ✓ Criar espaço de diálogo e troca de experiências sobre boas práticas na gestão de áreas protegidas;
- ✓ Possibilitar aproximação com atores chave que podem contribuir para o fortalecimento do SNUC.

### 2.2. Abertura

A composição da mesa de abertura do 4<sup>o</sup> Encontro do Fórum de Gestores:

1. Valdir Pereira Ramos Filho – Diretor do Departamento de Áreas Protegidas - DAP/MMA

Agradeceu ao apoio e organização do evento feita pela equipe do DAP em tempo exíguo. Ressaltou o apoio do ministro para a realização deste encontro, demonstrando a importância da agenda para o MMA. Agradeceu a presença de todos e desejou um Encontro produtivo aprofundando temas importantes para a gestão das unidades de conservação.

2. Marcos Penido – Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente – ABEMA

Não estava presente e foi substituído por Isaias de Oliveira Filo, Diretor substituto da Fundação Florestal de São Paulo e Danilo Angelucci de Amorim, da Fundação Florestal de São Paulo.

Isaias de Oliveira Filo parabenizou o ministério pela realização do evento e mencionou o compromisso da FF de São Paulo com a gestão das Unidades de Conservação no Estado e passou a palavra para Danilo Amorim. Este citou que o Estado possui 119 unidades de conservação localizadas no Vale do Ribeira, nas categorias de Reserva Extrativistas - RESEX e Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS com populações quilombolas e tradicionais como residentes e beneficiárias diretas. Amorim relatou que fundação Florestal do Estado de São Paulo tem atividade intensa com o programa de conservação da palmeira jussara (*Euterpe edulis*) junto às populações locais para aquisição de mudas e o plantio visando recomposição da vegetação. Em áreas de UC de proteção integral, estão realizando plantios das sementes do jussara de forma aérea. As sementes florestais utilizadas no projeto de recuperação do jussara são todas adquiridas das próprias comunidades tradicionais do Vale do Ribeira. A Fundação também tem incentivado e dado suporte às comunidades da região, para a produção do suco do jussara, como alternativa econômica.

### 3. Marcos de Castro Simanovic – Diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação do ICMBio

O diretor, Marcos Simanovic fez as boas-vindas aos participantes em um vídeo. Comentou que ao todo são 334 Unidades de Conservação sob a gestão do ICMBio, incluindo as terrestres e marinhas. Que é preciso compor os Conselhos Consultivos e Deliberativos de cada uma, e que para assegurar uma gestão eficiente é fundamental elaborar e implementar o plano de manejo, bem como gerir os conflitos existentes, como as questões de regularização fundiária. Mas sobretudo, envolver e potencializar a pesquisa, o turismo e a educação ambiental.

Por fim, destacou que a aplicação da legislação ambiental deve ser conduzida com equilíbrio, e com máximo respeito às comunidades tradicionais residentes no interior e as populações do entorno, sempre considerando que todos, de alguma forma, são afetados por tudo que acontece nas UCs.

Desejou a todos um encontro produtivo e mencionou que a equipe da instituição estará presente no Encontro compartilhando suas experiências e boas práticas na gestão das unidades de conservação.

### 4. Ângelo Simão – Confederação Nacional de RPPN

Agradeceu o convite para participação e comentou que a confederação é o órgão máximo de representação das RPPN em nível nacional. Relatou que atualmente são 1.729 RPPN que constituem mais de 800 mil hectares de áreas de florestas convertidas em áreas de proteção.

Compartilhou que para a instituição é fundamental colaborar com todo o SNUC, visando o fortalecimento não apenas das Reservas Particulares do Patrimônio Natural, como das demais categorias do SNUC.

### 5. Manoel Serrão – Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO)

Parabenizou a organização do evento, comentou sobre a trajetória do FUNBIO no apoio a Unidades de Conservação ao longo dos últimos 20 anos. Destacou a importância do Sistema Nacional de Unidades de Conservação para a sociedade brasileira como um todo. Apontou que a instituição é uma das responsáveis por gerir diversos fundos internacionais voltados para o apoio e fortalecimento das unidades de conservação.

### 6. Jens Bruggemann – Agência de Cooperação Alemã GIZ

Comentou sobre temas importantes que estão sendo desenvolvidos no Brasil, como a implementação da nova plataforma do Cadastro Nacional de UC, que será lançada em breve. Citou outras ações de âmbito nacional, como o Plano Nacional de Áreas Protegidas, e ressaltou que diversos temas têm sido apoiados pela Agência GIZ, tanto no âmbito do DAP como no âmbito do ICMBio e ACADEBio, como o apoio para realização de cursos de formação para a elaboração de Planos de Manejo de UC no formato de Educação a Distância - EaD e outros temas que são importantes para a conservação da biodiversidade.

Alertou que é preciso muita criatividade para o enfrentamento e a busca de solução frente aos diferentes desafios. O SNUC, no entanto, é um sistema eficiente e com vários parceiros entre governo, academia científica, sociedade civil e cooperação internacional, sendo possível avançar ainda mais com as questões que precisam ser enfrentadas.

Foram exibidos dois vídeos de divulgação sobre o SNUC, que foram produzidos com apoio do Projeto SNUC *LifeWeb*.

## 2.3. Participantes

Após a abertura e composição da Mesa, a facilitação convidou os participantes para apresentação individual, com a abertura da câmera e do áudio. A apresentação foi feita por meio de chamada da lista de convidados.

No momento da abertura estavam presentes 52 participantes, entre representantes de instituições de governo e convidados dos órgãos estaduais e das secretarias de meio ambiente.

Durante os três dias de evento online, a média de participantes ficou entre 40 a 60 pessoas conectadas.

A lista dos presentes está disponível para consulta no anexo.

## 2.4. Programação

Na sequência a facilitação fez a apresentação da programação e dos acordos para o bom funcionamento dos trabalhos. A programação detalhada pode ser conferida no anexo.

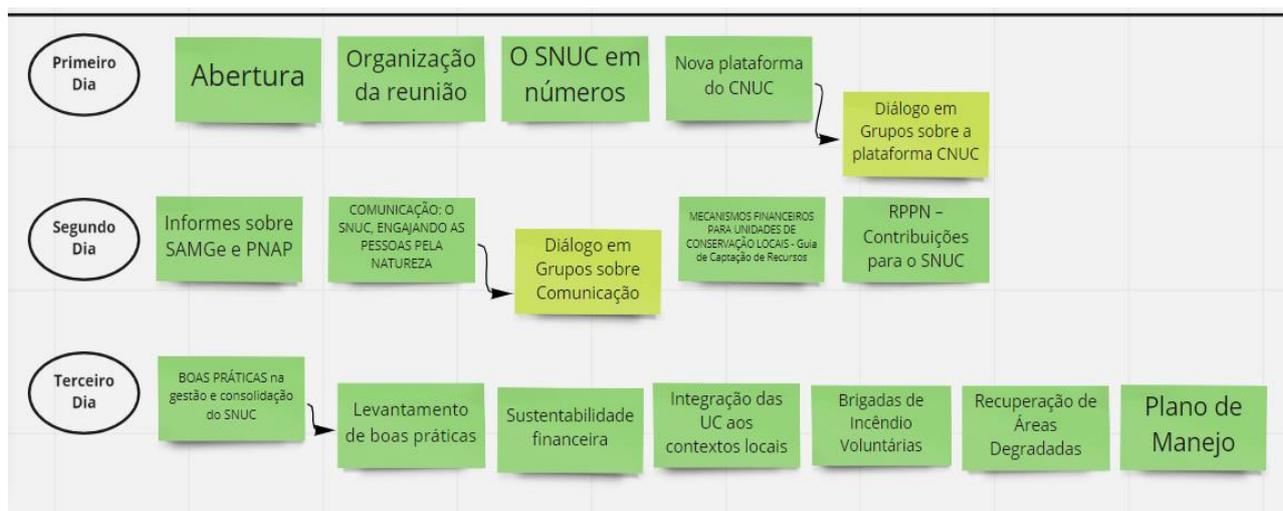


Figura 1 – Programação do 4º Encontro do Fórum de Gestores.

### 3. Principais temas abordados no 4<sup>o</sup> Encontro do Fórum de Gestores

#### 3.1. Panorama atual do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e a nova plataforma do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação<sup>1</sup>

##### 3.1.1. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação em números - Michele Sato (DAP/MMA)

Atualmente, os dados sobre as unidades de conservação de proteção integral cadastrados no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação pertencem a 149 Unidades de Conservação - UCs federais, 406 UCs estaduais e 259 UCs municipais, totalizando 814 UCs de Proteção Integral cadastradas na plataforma.

As UCs da categoria de Uso Sustentável que estão atualmente cadastradas incluem na esfera federal 670 RPPNs e 185 UCs de outras categorias. Na esfera estadual são 366 RPPNs e 336 UCs de outras categorias; e na esfera municipal são 2 RPPNs e 171 UCs de outras categorias cadastradas no CNUC. O que representa um total 2.544 UCs.

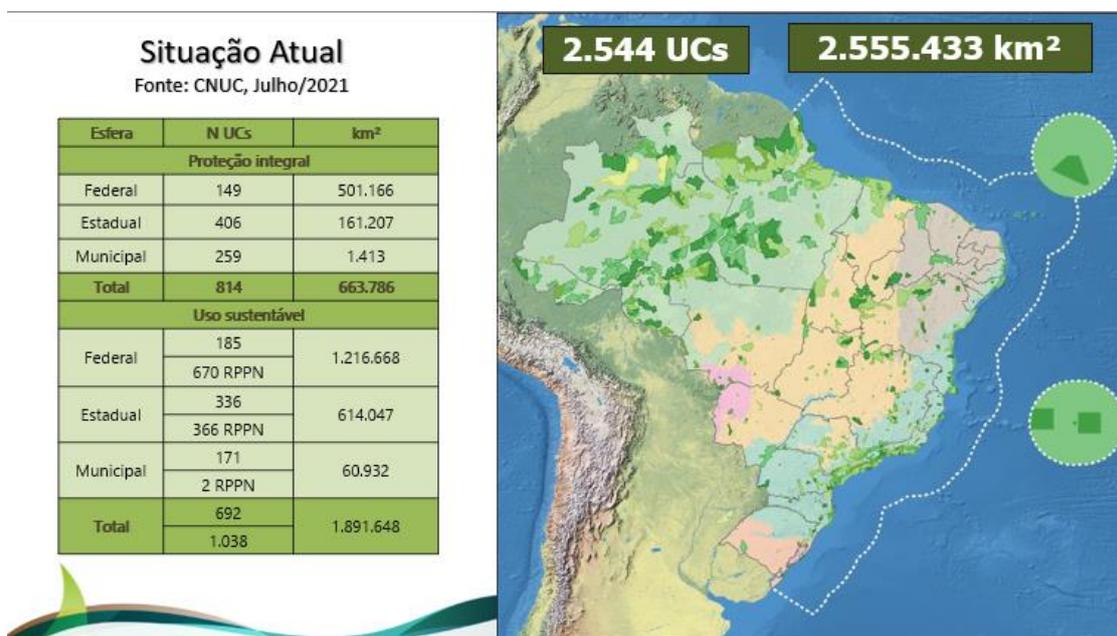


Figura 2 – Situação atual do SNUC.

As unidades federativas com maior número de UCs estaduais cadastradas no CNUC são: São Paulo, seguido pelo Rio de Janeiro e Minas Gerais.

<sup>1</sup> Apresentações em pasta anexa.

### Número de UCs estaduais por UF (CNUC)

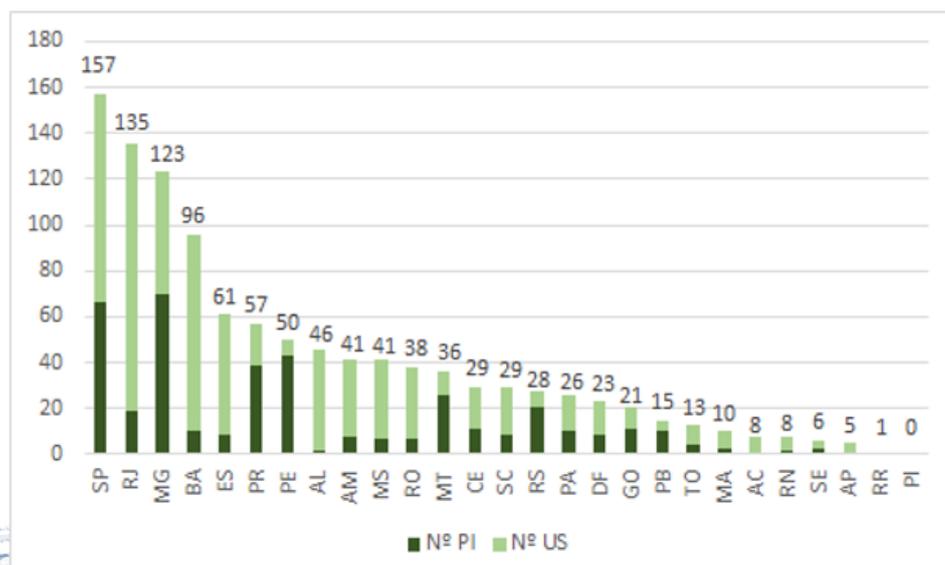


Figura 3 – Número de UCs estaduais por Unidade da Federação - CNUC

Já em relação às UCs da esfera municipal, a unidade federativa com maior número de UCs cadastradas é o Rio de Janeiro, seguido de Minas Gerais e São Paulo.

### Número de UCs municipais por UF (CNUC)

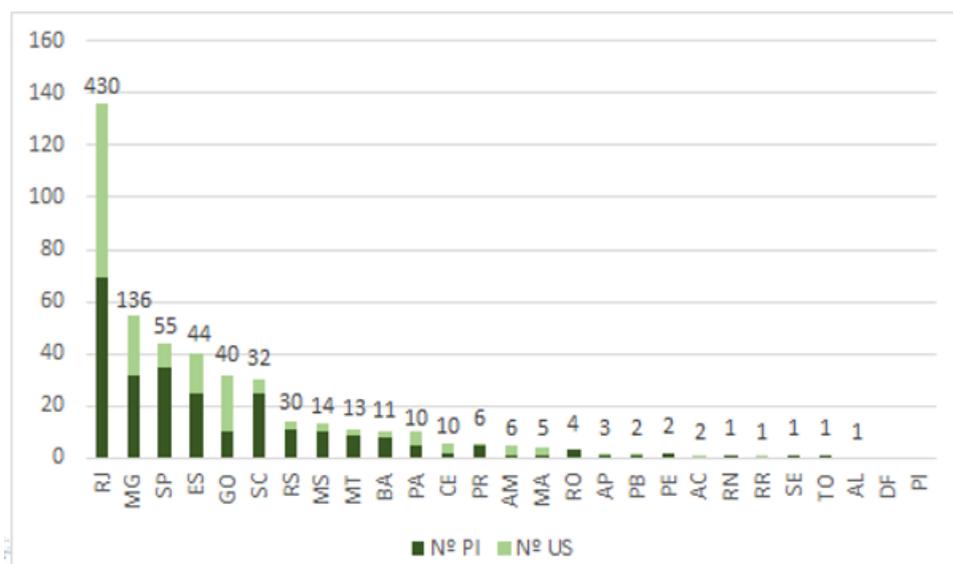


Figura 4 – Número de UCs municipais por Unidade da Federação - CNUC

Na sequência, Michele apresentou os principais desafios relacionados ao SNUC e às ferramentas utilizadas para seu monitoramento.

Os desafios no contexto do SNUC, referem-se à:

- Aferir e aumentar a representatividade, conectividade, equidade e efetividade;
- Divulgar a importância ambiental, social e econômica das UCs para a sociedade;
- Fortalecer integração entre atores do SNUC;
- Dar visibilidade às oportunidades.

No contexto do CNUC, os desafios se apresentam como:

- Aprimorar a plataforma;
- Atualizar as informações;
- Adequar os registros em conformidade com o SNUC;
- Aumentar a integração com outros sistemas.

E com relação ao SAMGe, os desafios estão em:

- Difundir a ferramenta e aumentar a adesão;
- Identificar potencialidades e melhorias;
- Incorporar na gestão.

### 3.1.2. O Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – Betânia Fichino (DAP/MMA)

Conforme previsão legal da Lei N. 9985/2000 em seu artigo 50 compete ao Ministério do Meio Ambiente manter e organizar o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação - CNUC. O parágrafo primeiro esclarece que:

*§ 1o O Cadastro a que se refere este artigo conterá os dados principais de cada unidade de conservação, incluindo, dentre outras características relevantes, informações sobre espécies ameaçadas de extinção, situação fundiária, recursos hídricos, clima, solos e aspectos socioculturais e antropológicos.*

O principal desafio atual relacionado ao sistema que vem sendo conduzido pelo DAP é o desenvolvimento de uma plataforma simplificada, intuitiva e integrada, com as informações atualizadas sobre as UCs do SNUC disponibilizadas para consulta, garantindo tanto um registro, como um processo de consulta, amigável e de fácil utilização e emprego por parte dos gestores e da sociedade.

A atualização da nova plataforma para o CNUC que está em desenvolvimento conta com campos mais intuitivos e simplificados, ajustes das informações sobre a situação fundiária da unidade e a inclusão dos aspectos socioculturais e antropológicos (com vistas a padronizar as informações); a possibilidade de inclusão de informações com finalidade de divulgação da UC como fotos, logotipos, vídeos; e permite o cruzamento de dados com sistemas oficiais sobre os recursos hídricos existentes, dados sobre o clima e solos (para padronização destas informações).

As principais melhorias da nova plataforma do CNUC que estão sendo desenvolvidas são:

- ✓ o ambiente mais amigável e intuitivo;
- ✓ automatização do fluxo de cadastramento de OG e usuários
- ✓ simplificação do preenchimento e integração com outras bases (IBGE, ANA: biomas, municípios, clima, solo, hidrografia);
- ✓ ferramentas de espacialização das UCs;
- ✓ *upload* de instrumentos de gestão;
- ✓ registro do histórico de alterações e acompanhamento do cadastramento;
- ✓ perfil de proprietário de RPPN;
  
- ✓ possibilidade de integração com outros sistemas.

Outros detalhamentos como as páginas iniciais, de inserção e de relatoria de informações foram apresentados.

Outra novidade apresentada será a possibilidade de cadastrar programas, projetos e instrumentos de gestão integrada e reconhecimento internacional relacionados às UCs e, no momento que o usuário for baixar as informações da UC obterá também informações sobre eles, possibilitando maior transparência e integração.

Será possível também gerar relatórios parametrizados, selecionar as UCs e definir as informações desejadas, acessar o painel dinâmico disponível no site do MMA, e consultar e realizar download dos shapes das UCs.

Como estratégias de atualização do CNUC, algumas medidas foram adotadas, como a realização de um diagnóstico de mapeamento de todas as UC não cadastradas e a identificação do motivo e de como seria possível inserir estas no CNUC; articulação com a Confederação Nacional de RPPN; disponibilização de questionário para os OG sobre o conhecimento do CNUC para identificação de necessidades de simplificação e capacitação; desenvolvimento de curso EaD sobre o CNUC e seu preenchimento e vídeos para divulgação do SNUC e do CNUC. Também está sendo realizada articulação com os órgãos gestores para atualização das UC cadastradas no CNUC após migração para nova plataforma, (revisão e complementação das informações) e sendo planejada uma campanha para o cadastramento de UC que ainda não estão inseridas na plataforma.

Como próximos passos espera-se até novembro de 2021 concluir e entregar a nova plataforma do CNUC e até dezembro migrar os dados para a nova plataforma (o que deverá deixar o Cadastro temporariamente fora do ar), para que em janeiro de 2022 possa ser realizada a atualização e complementação dos dados, realização do curso de EaD sobre o CNUC e divulgação dos vídeos para utilização do cadastro.

## **Perguntas & Respostas**

Paulo Fernandes Scheid (IEF/MG) perguntou como será o cadastramento dos usuários pelos órgãos gestores? Ficará mais fácil?

Betânia Fichino (DAP/MMA) respondeu que sim. Um dos ajustes da nova plataforma será a possibilidade de solicitação de cadastramento feita pelo usuário no próprio sistema, sem a necessidade de enviar ofício físico ao MMA, dado que poderá enviá-lo diretamente pela

plataforma, que contará com diferentes perfis: o perfil de administrador do OG titular será o responsável pelas informações do OG, dos usuários e das UCs vinculados ao OG na plataforma – será o Ponto focal. Este administrador titular será aprovado pelo MMA, mas uma vez aprovado terá a atribuição de aprovar os seus suplentes, os técnicos responsáveis pela gestão das UC do OG e os proprietários de RPPNs reconhecidas pelos OGs. O que mudou permitirá facilitar as solicitações de cadastramento pelos próprios usuários, mantendo a autonomia para que o órgão gestor aprove os responsáveis por realizar o cadastramento das UCs do seu OG.

Ângelo Simão (CNRPPN): com relação ao perfil dos proprietários de RPPN, muitos tem dificuldades em realizar o preenchimento do cadastro. O órgão gestor poderá fazer estes cadastros?

Betânia Fichino (DAP/MMA) respondeu que sim, o próprio órgão gestor e os técnicos designados poderão realizar este cadastramento nos casos dos órgãos que prestam este auxílio/apoio às RPPN.

Laercio Sousa (Rede RPPN): o Cadastro vai estar ligado ao WDPA?

Betânia Fichino (DAP/MMA) respondeu que não será possível estabelecer uma migração automática dos dados diretamente da plataforma CNUC para a plataforma do WDPA, por limitações técnicas de ambos os sistemas, mas que o MMA poderá fazer essa migração de dados de forma mais frequente. Antes isso era feito semestralmente. A grande diferença agora se dará para as UC que não iam para o WDPA por não terem *shapefile*, uma vez que o novo cadastro irá possibilitar que gestores de UCs que não possuem *shapefile* possam desenhar os limites da UC na própria plataforma.

Paulo Scheid (LAE/SISEMA/MG): é possível ter uma integração entre o CNUC e o SAMGe? Seria possível ter essa atualização do CNUC para o SAMGe ou serão separadas, todas no CNUC e depois no SAMGe.

Betânia Fichino (DAP/MMA): respondeu que para o SAMGe desse ano isso não será possível. A ideia é ter um *login* único, mas por enquanto ainda não foi possível esse desenvolvimento, pois precisará de ajustes nas duas plataformas. Atualmente o SAMGe parte dos dados cadastrados no CNUC.

A ideia é que no próximo ano seja possível realizar essa integração. Atualmente o cadastro dos responsáveis para utilizar o SAMGe é solicitado pelos órgãos gestores estaduais e municipais ao MMA, que valida e envia ao ICMBio para que sejam cadastrados no sistema. Indicou que os participantes podem enviar questões específicas sobre o SAMGe para o canal oficial de comunicação do SAMGe: [snuc@mma.gov.br](mailto:snuc@mma.gov.br).

Luciano Bonotto (IMA/SC): sobre o reconhecimento das UC que ainda não estão homologadas, que estão em processo de cadastramento e aquelas que ainda não atendem por alguma razão os critérios do SNUC, mas que são reconhecidas como UCs pelo estado, como serão validadas no CNUC?

Betânia Fichino (DAP/MMA) respondeu que a plataforma permite cadastrar as outras categorias de áreas protegidas para além das unidades de conservação, mas que para que essa funcionalidade seja disponibilizada é importante uma validação legal. Essa questão é importante para ser discutida nos próximos passos, juntamente com a discussão sobre o reconhecimento de outras medidas de conservação baseadas em área (conhecidas internacionalmente como OMECs).

Euryrandro Costa (SEMA/AP): ainda cabem novas atualizações no CNUC antes da migração para o novo cadastro em dezembro?

Betânia Fichino (DAP/MMA) respondeu que sim, que enquanto o sistema estiver disponível será possível atualizar as informações das UCs antes da migração. Para não correr o risco de perda de dados o sistema do CNUC ficará fora do ar no momento da migração dos dados para a plataforma nova. Após a migração, as atualizações serão feitas diretamente na plataforma nova. Recomendou, contudo, que como algumas informações não virão mais do preenchimento de dados pelo OG, mas sim pelo cruzamento com outras bases de dados (como características físicas, solos, hídricas etc.), não é necessário atualizar essas informações no momento.

#### **Perguntas recebidas pelo CHAT**

Eduardo Morais (INEMA/BA): parabenizou todos pelo desenvolvimento do Cadastro. A inserção de dados geoespaciais no CNUC passará a ser feito no Datum SIRGAS 2000?

Betânia Fichino (DAP/MMA) respondeu que será possível inserir os dados geoespaciais nas diferentes projeções, incluindo Datum SIRGAS 2000, e que para o caso de inserção de dados sem ser em SIRGAS 2000 a plataforma irá fazer a conversão para que todos os dados extraídos do sistema estejam nessa mesma projeção, que é atualmente a oficial.

Laercio M. Sousa (Rede RPPN) perguntou se inclui as TICCAS?

Betânia Fichino (DAP/MMA) respondeu que o caso das TICCAS é o mesmo das OMECs, citadas na resposta dada ao Luciano Bonoto.

### 3.1.3. Trabalhos em Grupos sobre a adesão e ampliação do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação - CNUC

Em seguida a facilitação orientou para os trabalhos em grupo, realizado com os participantes distribuídos em salas do *Teams*, para trabalharem duas perguntas orientadoras.

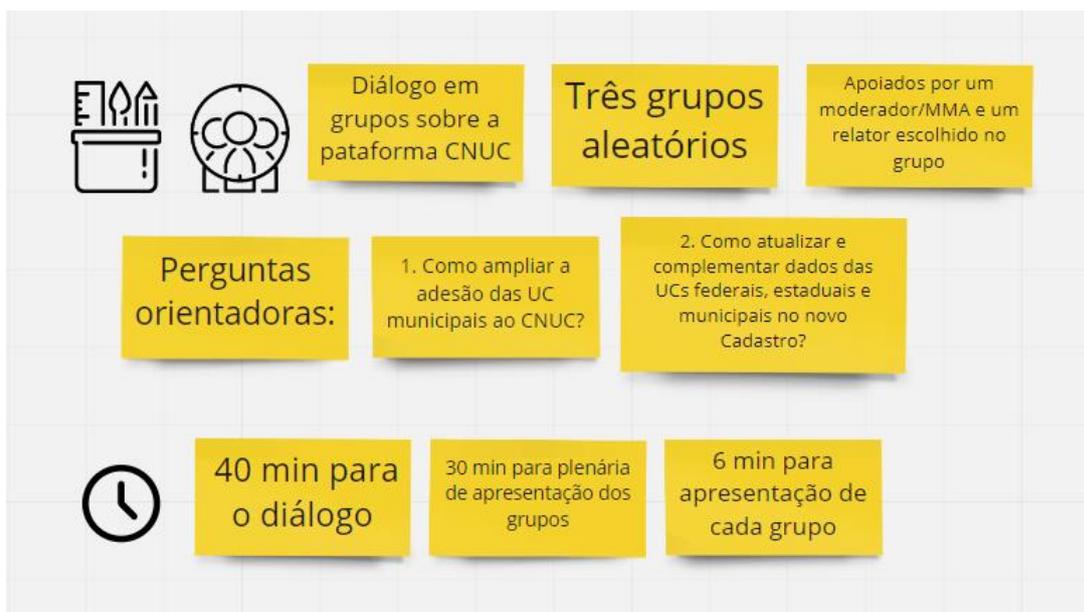


Figura 5 – Orientações para o trabalho de grupo.

## **Resultados do Trabalho de Grupo**

### **GRUPO 1 - Pergunta 1: como ampliar a adesão das UC municipais ao CNUC?**

- ✓ Utilizar o ICMS ecológico, projetos, ferramentas (SAMGe) para ampliar adesão dos municípios ao CNUC;
- ✓ Utilizar CNUC como pré-requisito para ICMS ecológico e compensação ambiental estadual;
- ✓ Criar mecanismos para formalização da participação (modelo de articulação/governança) dos OG ambientais no CNUC;
- ✓ Melhorar o entendimento quanto às necessidades dos OGs municipais para criação e gestão de áreas protegidas;
- ✓ Fomentar o registro e apoio aos municípios;
- ✓ Realizar campanhas para sensibilização dos municípios para cadastro das UCs, mesmo aquelas não elegíveis para o ICMS ecológico;
- ✓ Realizar capacitações para os OGs municipais no uso do CNUC (aproveitar associações e demais estruturas para aumentar a capilarização);
- ✓ Dar maior visibilidade para as UCs no site do MMA e CNUC, exemplo: aniversário das UCs

### **GRUPO 1 - Pergunta 2: como atualizar e complementar dados das UCs federais, estaduais e municipais no novo cadastro?**

- ✓ Envio de **e-mail automático** (anual) para usuários atualizarem o CNUC;
- ✓ Manutenção de **cadastro básico** e complementação à medida que se tornam disponíveis os demais dados (**cadastro completo**);
- ✓ **Registro das categorias de UCs não contempladas no SNUC** (OMECS);
- ✓ Utilizar **plataformas para facilitar atualização e complementação** (perguntas direcionadas – ex: *google forms*);

- ✓ Emissão de **declaração/certidão/certificado** de cadastro e/ou atualização do cadastro, contendo situação atual do mesmo;
- ✓ Realização de **eventos periódicos** para apresentação do CNUC e da importância de cadastrar as UCs e manter o cadastro atualizado para consolidação do SNUC.

**GRUPO 2 - Pergunta 1: como ampliar a adesão das UC municipais ao CNUC?**

- ✓ Articulação com associação brasileira de municípios para que discussão chegue aos prefeitos e secretários de meio ambiente municipais
- ✓ Elaborar um cadastro dos secretários municipais de meio ambiente para facilitar o contato
- ✓ Articulação com órgãos estaduais para articulação com municípios
  - Articulação junto às associações estaduais
  - Articulação com municípios de seus estados
  - Atualização dos cadastros estaduais (que muitas vezes incluem UCs municipais) e articulação com municípios que estão nesses cadastros
- ✓ Campanha nacional para cadastramento no CNUC, puxada pelo MMA e difundida pelos estados
- ✓ Estratégia de comunicação para chegar aos parceiros

**GRUPO 2 - Pergunta 2: como atualizar e complementar dados das UCs federais, estaduais e municipais no novo cadastro?**

- ✓ Articulação com estados, tanto com institutos gestores de UCs como com as secretarias de meio ambientes, para atualização dos cadastros
- ✓ Verificar possibilidades de integração entre sistemas estaduais de UCs, que algumas vezes contam com mais UCs do que o CNUC, com a plataforma do CNUC
- ✓ Fortalecimento dos momentos de encontros e articulação com gestores de UCs, além de apenas pontos focais
- ✓ Reunião do MMA com tomadores de decisão dos órgãos gestores para alinhamento da estratégia em maior nível

**Grupo 3 – Pergunta 1: Como ampliar a adesão das UC municipais ao CNUC?**

- ✓ **Aproximação** entre o estado e o município para **fomentar parcerias** (acordos de cooperação?) - IDEFLORBio/PA; no caso do SEMA/AP há uma **assessoria dedicada** para a interação entre o estado e o município;
- ✓ **Potencializar e divulgar o acesso a políticas públicas relacionadas ao cadastro CNUC** - O estado vai até os municípios para colher informações que vira um relatório e, nas recomendações, há orientação de cadastramento CNUC; decreto que regulamenta as ucs e há determinação de inserir os municípios no CNUC cabendo ao **estado dar apoio** a esse processo; possui o próprio sistema de uc (algumas municipais estão no federal mas não no estadual e vice e versa); **o estado passar para o MMA as informações que possui em seu cadastro**; dificuldade dos municípios em perceber as vantagens em estar no CNUC; **o próprio MMA fazer contato também com os municípios** – SEMA/RS;
- ✓ **MMA ter papel mais proativo junto aos estados e posteriormente construir estratégia de alcançar os municípios**; Fórum de Gestores de Áreas Protegidas, onde se encontram

gestores de UCS e de terras indígenas; estabelecendo agendas em comum; dificuldades em cadastramento nas plataformas; **fortalecer a comunicação entre as agendas federais, estaduais e municipais** – SEMA/AC;

- ✓ **NAGAM (núcleo de apoio à gestão ambiental municipal)** de relacionamento com os municípios; disponibilizados **técnicos para apoiar diretamente a pasta de meio ambiente municipal** (preenchimento de cadastro e outras orientações - IDEMA/RN;
- ✓ SEMAD/GO - cadastro estadual de UCs que possui várias UCS municipais (por volta de 100); conversar para verificar **possibilidade de integração entre os sistemas**; de forma geral os municípios estão engajados;
- ✓ IMASUL-MS: Fazemos o relacionamento com os municípios a partir do **Cadastro Estadual de UCs, item obrigatório para participação do ICMS Ecológico**
- ✓ **Portaria/ofício, recomendando a importância do cadastramento das UCs municipais.** com isso os estados que não possuem um regulamento (moldes RS) poderiam utilizar esse instrumento como base p aproximação com os municípios, além do MMA fazer essa aproximação. **ANAMMA** também poderia utilizar esse instrumento para acessar a rede de municípios - GIZ;
- ✓ **melhor estruturação dos municípios**, pois nós do órgão estadual temos um contato direto com os municípios, mas falta justamente esse **feedback deles para construir de fato algo** - IMA/ALAGOAS.

O grupo 3 não conseguiu trabalhar a segunda pergunta.

Em seguida, a facilitação do evento perguntou aos participantes se gostariam de compartilhar alguma pergunta ou inquietude sobre o CNUC, não havendo nenhuma questão, solicitou a avaliação do evento de forma compartilhada.

### 3.2. Sistema de Análise e Monitoramento da Gestão – SAMGe e a revisão do PNAP<sup>2</sup>

Durante o segundo dia foram apresentados e discutidos os aspectos relacionados à adoção e preenchimento do Sistema de Análise e Monitoramento da Gestão (SAMGe), importante ferramenta desenvolvida pelo ICMBio para auxiliar e fornecer elementos para a tomada de decisão dos gestores e a sistematização de informações das unidades de conservação relacionadas a indicadores que evidenciam a efetividade de gestão destas áreas.

Informes foram feitos sobre o andamento da avaliação dos 15 anos de execução do Plano Nacional de Áreas Protegidas, que deverá ter material de divulgação contemplando os resultados desta ação até o primeiro semestre do próximo ano pelo Departamento de Áreas Protegidas.

---

<sup>2</sup> Apresentações podem ser conferidas em pasta anexa.

Foram apresentados materiais elaborados para divulgação e comunicação desenvolvidos com a identidade visual do SNUC; e o Guia de Mecanismos para Captação de Recursos Financeiros para auxiliar nos processos de gestão, que será lançado em breve.

Também foi apresentada informações sobre o Sistema Informatizado de Monitoria de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (SIMRPPN) elaborado pela Coordenação de Criação de Unidades de Conservação do ICMBio.

A Confederação Nacional de RPPN, como instituição convidada, assim como o Laércio, do Projeto Reservas Privadas do Cerrado, apresentaram as “boas práticas para fomentar os processos de criação de RPPN e a superação dos desafios para inclusão das RPPN no CNUC”.

### 3.2.1. Sistema de Análise e Monitoramento da Gestão (SAMGe) – Marina Faria do Amaral (DAP/MMA)

A apresentação possibilitou aos participantes conhecer a ferramenta desenvolvida pelo ICMBio e a importância da sua adoção como ferramenta para auxiliar na tomada de decisão dos gestores das UCs.

O sistema visa diagnosticar a efetividade de gestão das unidades de conservação, e fornecer elementos auxiliam os gestores a visualizar os desafios territoriais de gestão e, com isto, subsidiar o planejamento das ações de manejo. Seu preenchimento é anual e pode ser feito pelos gestores, equipes e membros dos conselhos das unidades. Como requisito obrigatório para acesso ao SAMGe a UC deverá estar cadastrada no CNUC e para cadastramento de usuários de estados e municípios deve haver a indicação de um ponto focal do órgão gestor (por ofício) e submissão dos nomes dos usuários ao MMA para o endereço eletrônico: [snuc@mma.gov.br](mailto:snuc@mma.gov.br).

O SAMGe busca aferir a efetividade de gestão das UCs a partir das inter-relações entre os recursos e valores (o que se busca manter, alvos de conservação), os usos que ocorrem no território e as ações de manejo realizadas pelo órgão gestor. O índice de efetividade de gestão calculado pelo sistema é baseado nos 6 indicadores de efetividade apresentados na figura 5.



Figura 5 – Indicadores de efetividade que compõem o índice de efetividade de gestão

O sistema dá transparência sobre a gestão de UC uma vez que o diagnóstico fica disponível para consulta da sociedade como um todo através do site <http://samge.icmbio.gov.br/> onde são possíveis consultas dos resultados desejados, a partir de um painel consolidado onde é possível a seleção de diversos filtros conforme o recorte desejado, permitindo análises variadas. Outra forma de acessar as informações que serão disponibilizadas é a opção de seleção por unidade federativa, e a partir desta seleção feita diretamente no mapa, poderá definir qual unidade de conservação deseja obter informação.

O preenchimento do SAMGe pela esfera estadual iniciou no ano de 2018 e vem aumentando o número de estados que estão aderindo ao uso desta ferramenta, sendo que Pernambuco, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Distrito federal e Tocantins são os estados com maior número de UCs preenchidas em 2020. Alguns estados fizeram o uso da ferramenta em anos anteriores, mas não deram continuidade em 2020 (como Paraíba, Paraná e São Paulo) e outros iniciaram o preenchimento em 2020, como Goiás, Distrito Federal, Santa Catarina e Mato Grosso.

Para ampliar o engajamento dos órgãos gestores estaduais ao sistema, o DAP se comunicou com os pontos focais indicados pelos estados, sendo que até o dia 19/10/2021 haviam sido indicados pontos focais para o ciclo de 2021 os estados Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Tocantins e o Distrito Federal.

Além dessa ação, o departamento divulgou as inscrições para o curso básico de preenchimento do SAMGe que é oferecido pelo ICMBio. Até o momento 213 usuários tinham sido inscritos, sendo que 16 já concluíram a formação. Foram identificados 47 usuários da esfera federal, 86 da esfera estadual e sete da municipal. Ressaltou-se que as inscrições para este curso estão disponíveis até o dia 16/11 pela plataforma <https://ava.icmbio.gov.br/> e que o ciclo de preenchimento vai até o dia 03/12/2021.

### 3.2.2 Avaliação do Plano Nacional de Áreas Protegidas – Renata Gatti (DAP/MMA)

Esta é a primeira avaliação do PNAP desde a sua implementação. São 15 anos, com muitas ações, muitos atores e unidades de conservação envolvidos.

Para a avaliação do PNAP foram elaborados questionários e aplicados junto aos órgãos gestores de todo o país para que fosse possível realizar um levantamento de forma abrangente.

A etapa do levantamento já foi finalizada, e agora está em curso a etapa de sistematização e análise das informações obtidas. A previsão é que até o próximo ano, os resultados desta avaliação dos 15 anos do PNAP poderão ser divulgados para a sociedade. O Departamento de Áreas Protegidas acredita que esta avaliação trará resultados e significativas contribuições para todos os gestores.

## **Perguntas & Respostas sobre o SAMGe e PNAP**

Paulo Scheid (IEF MG) perguntou se há possibilidade de rever o período para inserção e atualização das informações no SAMGe (período de preenchimento) de outubro a novembro. Este é um período complicado devido à ocorrência de outras demandas locais, como o combate aos incêndios florestais, e outras demandas locais. Reconhece que o período está estabelecido para todo o país, mas é um fato que este é um gargalo para o estado de MG. Seria possível reavaliar o período fixado entre outubro e novembro?

Luciano Bonotto (IMA/SC) expressou que compartilha da mesma reflexão do Paulo Scheid, pois o ciclo fecha exatamente no final do ano, e coincide com diversas demandas dos órgãos gestores, o que tem dificultado o tempo de dedicação para o preenchimento. Uma outra dúvida frequente é como será o preenchimento do SAMGe pelos gestores das RPPN?

Jefferson Lopes de Souza (SEMA/MT) comentou que o maior gargalo no Mato Grosso são os próprios gestores, que não possuem capacidade para preencher. É preciso indicar outros técnicos do órgão gestor. Seria possível postergar o prazo, estendendo para depois de dezembro? É possível a indicação e validação de outros técnicos para fazer o preenchimento, já que muitos gestores não possuem treinamento e capacidade técnica para tal.

Marina (DAP/MMA) respondeu que com relação ao período de preenchimento pré-fixado, de outubro a novembro, é preciso articular com essa alteração com o ICMBio mas que faz sentido acontecer no final do ano considerando que é uma ferramenta que subsidia o planejamento de ações para o ano seguinte.

Em relação à comentada dificuldade de preenchimento por falta de capacidade técnica citou que o curso básico no formato EAD é justamente para formar esta capacidade e questionou se seria por falta de acesso à internet ou não priorização do tema frente a outras demandas, ressaltando que este último apareceu no questionário respondido pelos usuários do SAMGe como uma das principais dificuldades para ampliar o uso da ferramenta.

Quanto a quem preenche o SAMGe no caso das RPPN, o ponto focal dos estados é o responsável por indicar, podendo ser avaliou-se que o mais indicado seria o próprio proprietário ou gestor da RPPN.

Angélica Beatriz (NATURANTINS/TO) observou que o SAMGe traz uma qualidade nas informações sobre a gestão das UCs, mas isso atrela também a uma necessidade de qualificação maior da equipe técnica que está responsável em fazer os preenchimentos. É preciso qualificar, capacitar os gestores para que tenham clareza quanto aos elementos que estão sendo descritos no sistema.

A representante do DAP/MMA respondeu que essa dificuldade, dos gestores se apropriarem da ferramenta e dos conceitos é de fato um gargalo operacional, mas que o DAP está à disposição para apoiar no que for necessário. Exemplificou que em 2020, os gestores de Santa Catarina, após a realização do curso EaD e início do preenchimento do SAMGe, realizou reunião virtual com o DAP para sanar as dúvidas. Com essa ação, foi possível dirimir dúvidas e possibilitar o preenchimento de forma satisfatória.

Angelo (CNRPPN) avaliou que neste presente momento, as RPPN estão sendo comunicadas para participar desse preenchimento no SAMGe.

Marina Faria do Amaral (DAP/MMA) respondeu que para a adesão das RPPN ao SAMGe é importante a participação e articulação do órgão gestor estadual e com os proprietários ou gestores das RPPNs reconhecidas por cada um deles e que seria interessante que a própria Confederação Nacional de RPPNs auxiliasse na divulgação sobre o SAMGe junto às associações ou proprietários de RPPNs.

Betânia (DAP/MMA) complementou a resposta, esclarecendo ao representante da CNRPPN que o mais importante é definir quem será o responsável pelo preenchimento do SAMGe nos casos da RPPN, o ideal seria quem está mais próximo da gestão, poderia ser uma ação articulada entre o órgão gestor e as RPPN sob sua gestão. Seria o caso de pensar de forma coletiva e alinhada, visando operacionalizar e facilitar esse preenchimento. Comentou que os órgãos gestores estaduais poderiam indicar os gestores das RPPN para o preenchimento e ao final o órgão gestor valida os dados preenchidos.

Ângelo respondeu que nunca foram procurados pelo órgão gestor do estado do Paraná, procurados enquanto Confederação Nacional representante das RPPN, para realizar o preenchimento do SAMGe.

Betânia respondeu que o estado iniciou recentemente a adesão ao SAMGe, então talvez seja o caso de iniciar essa articulação.

Como sugestão Laercio (Rede de RPPN) comentou que enquanto proprietário de RPPN há mais de 20 anos, vê o sistema como uma oportunidade e que deve ser fortalecido, primeiro como ferramenta de gestão interna do próprio MMA, do ICMBio e depois deve ser fortalecido para uso nos órgãos estaduais de meio ambiente (OEMA) e deixar que estes façam a abordagem e articulação necessária com os RPPNistas.

Rafael Agrello Dias (DAP/MMA) informou que os gestores interessados na utilização do SAMGe podem comunicar ao MMA pelo endereço eletrônico [snuc@mma.gov.br](mailto:snuc@mma.gov.br) qualquer UC, inclusive as RPPN desde que cadastradas no CNUC, e com equipe apta para a realização do preenchimento. Afirmou que ainda há tempo para este ano. Quanto ao curso de formação em EAD disponibilizou o seguinte link SAMGe – 2021 ([icmbio.gov.br](http://icmbio.gov.br)) para os que desejarem fazer inscrição.

### 3.3. Comunicação: o SNUC engajando pessoas pela Natureza – Michele Sato e Rosiane Pinto (DAP/MMA)

A identidade visual do SNUC foi desenvolvida no âmbito do projeto SNUC/*LifeWeb* onde foram construídos os logos e pensada uma marca que tivesse o intuito de traduzir a identidade visual do sistema. Toda essa ação ocorreu com apoio da Cooperação Técnica Alemã - GIZ.

A importância da identidade visual é trazer o fortalecimento e visibilidade das UCs. O propósito é fortalecer o sistema através de uma identidade, não é substituir as identidades já existentes, e sim agregar valor e compor uma identidade visual que possa trazer essa unidade ao SNUC.

Ângelo parabenizou e avaliou que é importante criar essa identidade para o SNUC, e que haja uma imagem que seja possível representar cada uma das categorias de UC e suas especificidades, além de demonstrar como o SNUC está organizado e quais as UC que compõem o sistema como um todo.

Joana Cardoso (FF/SP) Sobre a identidade visual da categoria APA, Cardoso comentou que no estado de SP as unidades de conservação marinhas, são da categoria Áreas de Proteção Ambiental – APAs. Já na identidade visual apresentada, a categoria é identificada por áreas habitadas com ilustração de casas. Joana pergunta sobre a possibilidade de contemplar a realidade das APAs de SP?

A equipe irá levar esta realidade para discussão e busca de alternativas.

### 3.3.1. Trabalhos em grupos sobre o tema comunicação e identidade visual

Em seguida a facilitação convidou todos os presentes a adentrarem as salas disponibilizadas para uma conversa em grupos, onde irão discutir, sugerir e contribuir para a temática de comunicação e identidade visual do SNUC. Os participantes foram divididos em três grupos distribuídos em salas do *Teams* – cujos links foram compartilhados com os presentes. A orientação para o trabalho foi apresentada como segue e abaixo estão transcritos os resultados.

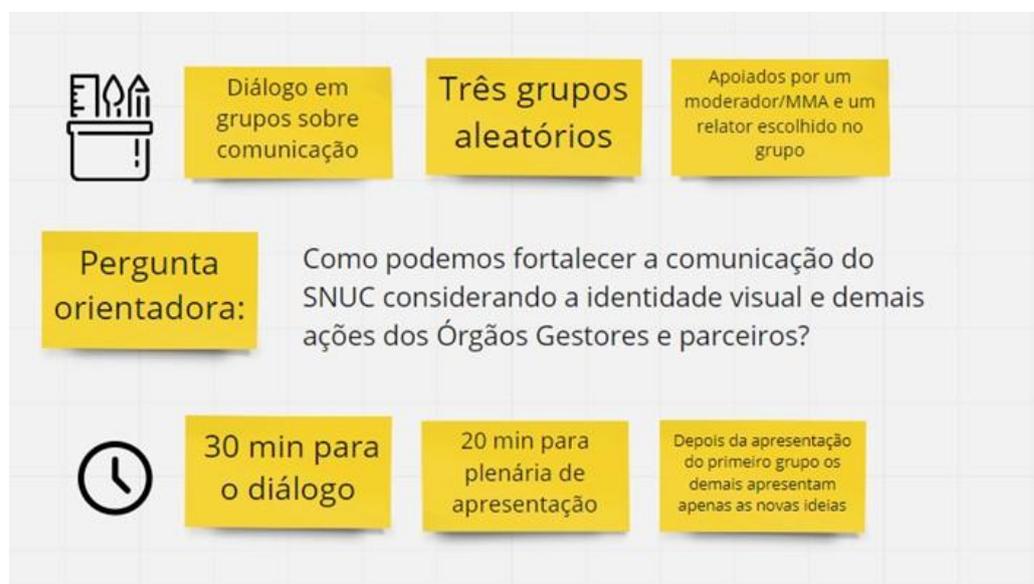


Figura 6 – Orientações para o trabalho de grupo.

## **Resultados dos Trabalhos de Grupo**

### **Contribuições do Grupo 1**

- ✓ Ter um site do SNUC;
- ✓ Inserir a identidade nos sites dos parceiros;
- ✓ Oficializar aos OG e solicitar a adesão;
- ✓ Disponibilizar as marcas (logo) em formato adequado para poder repassar aos municípios e aos proprietários de RPPN, além de aos estados;
- ✓ Inserir nos planos de manejo;
- ✓ Usar as redes sociais;
- ✓ Produzir material institucional sobre o SNUC;
- ✓ Levar aos colegiados;

- ✓ Usar a identidade visual no diálogo com outras instituições;
- ✓ Convidar proprietários de RPPN populares para participar de campanhas;
- ✓ Fazer a ponte com as Assessorias de Comunicação dos órgãos ambientais;
- ✓ Usar as identidades visuais para demarcações de limites das UCs e orientação de trilhas;
- ✓ Fazer uma cartilha de recomendação de uso da logo de forma objetiva;
- ✓ Fazer nova edição da Lei do SNUC com a nova identidade visual.

### **Contribuições do Grupo 2**

- ✓ Campanha Nacional para publicizar as novas imagens; rede de tv seria interessante, pois a temática ambiental também desperta interesse para a TV; BRs, rodovias estaduais, placas representativas; documentos do MMA; placas com as marcas – ex. RPPNs com a submarca dessa categoria, o desafio talvez seria de se obter recursos para produzi-las; campanha das OEMAs;
- ✓ Alcançar o público em geral, que não é o público que já tem vivência com a temática de unidades de conservação/áreas protegidas; talvez fazer uma pesquisa de nível de conhecimento sobre meio ambiente, podendo começar mesmo dentro de outros ministérios/secretarias de educação e se desdobrando para escolas (no entendimento de que seria esse público mais capilarizado na sociedade); se utilizar a logística/estrutura que o governo possui de educação, economizando custos e multiplicando conhecimento;
- ✓ Sinalização rodoviária utilizando as marcas do SNUC; exemplo no estado de SP de parceria com o DER (?); criar manual de uso para os estados (aqueles que já possuem logo); disponibilizar material para que os órgãos gestores estaduais conseguem internalizar a demanda; exemplo de SP: sendo criada disciplina curricular sobre mudanças climáticas e que poderíamos fazer também de UC;
- ✓ Estados podem usar as marcas do SNUC nas publicações de forma geral (ex.: Instagram, redes sociais); criação e publicação de vídeos divulgando o que são as UCs/SNUC.

### **Contribuições do Grupo 3**

- ✓ Utilizar redes sociais (cards com arte) divulgar a identidade, ações realizadas nas UCs e educação ambiental em especial junto às escolas;
- ✓ Proposta de mídias e aplicação para identidade do SNUC e categorias já está interessante;
- ✓ Produzir materiais como cartilhas para apresentar a identidade e incentivar seu uso;
- ✓ Realizar campanhas para ampla divulgação e uso da identidade, vinculando com a importância das UCs para a sociedade;
- ✓ Associar logomarcas do SNUC com das UCs (ex: SERNANP) em apresentações, materiais impressos – MMA disponibilizar para amplo uso;
- ✓ Associar logomarca com cadastro no CNUC – incentivar uso do CNUC;
- ✓ Incluir conteúdo das UCs no currículo escolar, utilizando logomarca para fortalecer a identidade do SNUC;
- ✓ Realizar palestras e seminários nas escolas para sensibilização do público jovem quanto a importância das UC;
- ✓ Inclusão da logomarca como selo nos produtos comercializados nas e pelas UCs;
- ✓ Proporcionar experiências como trilhas interpretativas, turismo de aventura, lazer e outros para sensibilização da sociedade.

### 3.4. Guia para captação de recursos: mecanismos financeiros para unidades de conservação locais – Betânia Fichino

O Guia de captação de recursos desenvolvido com apoio do Projeto Áreas Protegidas Locais foi apresentado. O material teve como foco o acesso a recursos que muitas vezes existem, mas nem todos sabem como acessar. A proposta é disponibilizar as informações relevantes para que os governos locais identifiquem os mecanismos existentes e quais deles se adequam à realidade dos municípios e estados.

Como premissas foram consideradas a falta de um banco de dados sobre tais recursos e a necessidade de um passo a passo sobre como obtê-los.

É um guia acessível para todos os gestores de áreas protegidas. Esta ferramenta estará em breve disponível para todos, mas é importante ressaltar que ela não é em si a solução para a questão financeira. É importante também considerar as orientações descritas nos planos de manejo de cada UC e compreender as lacunas de financiamento existentes e as necessidades de cada UC, para então identificar e optar pelas linhas de financiamento adequadas para atender tais demandas. No guia também estão descritas orientações, além de como fazer a captação, mas como gerir de forma correta e efetiva, monitorando os resultados.

#### **Comentários dos participantes**

Ângelo (CNRPPN) parabenizou e sugeriu criar uma tabela com as categorias – como uma tabela resumo, indicando as possibilidades de captação por categoria. Por exemplo: RPPN, listar as possibilidades de captação existentes.

Laercio (Rede RPPN) parabenizou a iniciativa de elaboração do guia e lembrou que em 1999 o estado de São Paulo também publicou um manual sobre os caminhos para acessar recursos financeiros.

### 3.5. Sistema Informatizado de Monitoria de Reservas Particulares do Patrimônio Natural – SIMRPPN - Bernardo Brito /ICMBio

A apresentação abordou os benefícios do SIMRPPN. O acompanhamento e a agilidade; oportunizando análise automáticas das peças geográficas, identificando se há sobreposição de áreas das UC e a geração automática de relatórios, entre outros.

O proprietário realizará o registro das informações no SIMRPPN, e o ICMBio verificará as condições físicas e os atributos a partir de uma vistoria de campo.

As RPPN começaram a ser criadas e instituídas em 1990 e a exigência do georreferenciamento só foi regularizada no ano de 2004, com o enquadramento das RPPN como uma categoria de UC. Portanto, existe um passivo de 14 anos de RPPN que foram criadas sem a exigência do georreferenciamento. À medida que as RPPN elaboram e cadastram seus planos de manejo no CNUC, o ICMBio vai solicitando que as informações de georreferenciamento sejam preenchidas no cadastro e estas serão migradas para o sistema.

O ICMBio está atualizando o SIMRPPN de forma tal para permitir o compartilhamento do sistema com os órgãos gestores estaduais, e de forma totalmente automatizada, desde a criação

das UC até a inserção das informações dos planos de manejo, o histórico de criação, e outras informações relevantes ao SIMRPPN, de modo permitir que haja uma integração com as informações do CNUC – as linguagens dos sistemas estão sendo construídas em conjunto para que seja possível essa integração e migração.

Outro diferencial é a possibilidade das informações do memorial descritivo e mapeamento das RPPNs serem inseridas tanto por coordenadas geográficas como por um desenho feito diretamente no mapa da propriedade. Neste formato as fotos também poderão ser inseridas no banco de dados da respectiva UC.

Todas as informações gerarão requerimentos que serão analisados pelo ICMBio ou pelo órgão gestor do estado, permitindo análises de todas as informações contidas e os documentos anexados. O sistema conta com telas específicas, que apresentam campos para preenchimento tanto para os proprietários como para os analistas, possibilitando a ambos a checagem das informações, os ajustes que se façam necessários. O SIMRPPN permite que informações sejam inseridas ao longo do processo de cadastramento das informações do plano de manejo, sendo possível a edição das informações e a inserção de dados conforme as fases do processo de elaboração.

Especificamente para a etapa de elaboração do plano de manejo da RPPN existe um roteiro metodológico para orientar todo o processo e este está disponibilizado pelo ICMBio.

A previsão é que o SIMRPPN seja finalizado e testado este ano de 2021.

### 3.6. Boas práticas para fomentar os processos de criação de RPPN e a superação dos desafios para inclusão das RPPNs no CNUC - Ângelo Simão – Diretoria de Comunicação da CNRPPN e Laercio de Sousa - Coordenador do Projeto Reservas Privadas do Cerrado

#### **Ângelo Simão – CNRPPN**

A Confederação é constituída por um grupo de mais de 180 proprietários de RPPN. A instituição também integra grupos regionais de RPPN em diversos biomas e participa da articulação COALIZÃO Brasil – pelo Clima, Florestas e Agricultura – movimento multissetorial, composto por entidades que lideram o agronegócio no Brasil, as principais organizações civis da área de meio ambiente e clima, representantes do meio acadêmico, das associações setoriais e companhias líderes nas áreas de madeira, cosméticos, siderurgia, papel e celulose, entre outras.

Uma observação importante a se fazer é quanto à categoria de UC das RPPN, atualmente, no SNUC estão como uma categoria de Uso Sustentável, entretanto, em alguns estados existem dispositivos legais que reconhecem a categoria como de Proteção Integral.

A partir do ato de criação de uma RPPN, que é totalmente voluntário por parte do proprietário, a reserva fica averbada na escritura do imóvel não sendo possível desfazer o ato, ou seja, é um ato perpétuo, não passível de alteração mesmo que haja a venda do imóvel, a área destinada como RPPN não poderá ser no futuro parcelada ou desmembrada. Fica inscrito na matrícula da propriedade. O valor que representam as RPPNs para algumas regiões tem sido pouco divulgado diante de sua importância para aspectos de conservação e proteção ambiental. A sociedade como um todo conhece muito pouco sobre este movimento e é necessário ampliar a divulgação destas unidades não somente a nível nacional como internacional.

A CNRPPN solicitou que as RPPNs sejam incluídas na nova lei de Pagamentos por Serviços Ambientais (aprovada em janeiro de 2021). Comentou que tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei 784/2019 que dispõe sobre a criação, gestão e manejo de Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN e dá outras providências.

Outra demanda urgente para as RPPNs é a inserção da categoria no projeto CDR Verde.

Pelo site [www.rppn.org.br](http://www.rppn.org.br) é possível conhecer mais sobre as iniciativas brasileiras, as articulações e assistir vídeos e documentários disponibilizados no canal do YouTube e Canal de TV RPPN que possuem diversos conteúdos interessantes, como o IV Congresso Brasileiro de RPPN realizado em novembro de 2020 no formato virtual.

Citou que no site está disponível informações sobre o Painel de Indicadores da Confederação Nacional de RPPNs, que foi desenvolvido para colaborar com os órgãos gestores para manter as informações atualizadas e disponíveis, e é uma iniciativa 100% voluntária e colaborativa articulada via redes sociais que busca envolver pessoas de diferentes lugares do país no levantamento e cadastramento de informações sobre as RPPNs brasileiras.

Informou que em 24 de novembro será realizado o I encontro de RPPN do estado do Paraná, que os interessados poderão se inscrever pelo site [www.apave.org.br](http://www.apave.org.br) instituição que tem 10 anos de atuação, responsável pela ampliação de três RPPN que existiam no estado do PR para atuais 54 unidades. Desenvolvem um trabalho voluntário e dirigido as boas práticas para conservação ambiental.

**Laercio de Sousa** - Coordenador do Projeto Reservas Privadas do Cerrado

Após a exibição de um vídeo sobre RPPN ([https://www.youtube.com/watch?v=KLP1ysKn\\_ro&t=14s&ab\\_channel=Funatura](https://www.youtube.com/watch?v=KLP1ysKn_ro&t=14s&ab_channel=Funatura)) o palestrante fez uma reflexão sobre a importância dos órgãos gestores e das parcerias com os proprietários e com a rede de RPPN existente em todo o país.

Alertou que o preenchimento dos dados no CNUC requer uma atenção por parte do DAP/MMA e do ICMBio para a capacitação das equipes estaduais e dos técnicos locais, para que todas as RPPNs sejam de fato cadastradas.

Ressaltou que seria importante levar estes dados do CNUC para o WPDA – que é uma base de dados que circula na rede mundial de unidades de conservação e que as RPPN ainda precisam vencer muitos desafios internos, enquanto categoria de unidades de conservação.

### **Perguntas & Respostas**

Angélica Beatriz (NATURANTIS/TO): De que maneira os estados poderão colaborar diretamente com o ICMBio no processo de criação de RPPNs em seus territórios?

Paulo Scheid (IEF/MG) questionou se o estado irá aderir ao SIMRPPN, e como, caso essa adesão ocorra, irá funcionar o preenchimento das informações no sistema. Comentou que no estado de MG existe uma legislação específica que não permite a criação de RPPN em áreas sob concessão de lavra.

Bernardo Brito (ICMBio) respondeu que o SIMRPPN tem exatamente essa missão, a de integrar as informações sobre todas as RPPN. A adesão será um processo simplificado ao máximo, e que

estão definindo um modelo de “carta de compromisso”, modelo mais simples e menos burocrático que o Termo de Cooperação Técnica adotado anteriormente entre o ICMBio e os órgãos gestores para a gestão de áreas como as RPPN. Estão buscando formas para simplificar o processo de adesão ao novo sistema de monitoramento que será implantado e ao mesmo assegurando o atendimento e cumprimento de todas normas e regulamentações existentes. A proposta que está sendo desenvolvida é mais intuitiva, simples preenchimento, mas o processo, em si, tem condicionantes novas, como a inclusão nos dados das RPPNs dos arquivos de *shapefile* e coordenadas geográficas da área. Informou que também estão construindo um roteiro metodológico para simplificar a elaboração do Plano de Manejo das RPPN.

A lei federal não permite, assim como a estadual, a criação de RPPN em áreas com concessão de lavra (mineração). Portanto, a ideia é que ao cadastrar a RPPN e inserir os dados geográficos de localização da unidade, havendo sobreposição, o sistema irá identificar e automaticamente suspender o cadastro. Ressaltou que o SIMRPPN não cria as regras e condicionantes, e estas serão fixadas pelos órgãos gestores conforme as especificidades de cada ente federativo para criação de RPPN.

Informou que a Coordenação de Criação de UC pretende organizar um curso de capacitação para todos os OGs sobre o SIMRPPN.

Paulo Scheid (IEF/MG) perguntou para o Ângelo (CNRPPN) como foi o trâmite no Paraná para a inclusão na lei estadual das RPPNs na categoria de UC de Proteção Integral?

Ângelo Simão (CNRPPN) respondeu que o estado PR publicou um decreto estadual fixando as RPPN como uma modalidade de UC estadual de proteção integral. E que a CNRPPN tem um projeto de lei solicitando que, na esfera federal, a modalidade seja inserida na categoria de UC de Proteção Integral.

Paulo Scheid (IEF/MG) perguntou sobre o *World Database on Protected Areas - WPDA* e como os estados poderiam aderir a essa plataforma.

Fabio Ricarte (DAP/MMA) destacou que existem muitas dúvidas sobre esta plataforma, e que o governo brasileiro ainda está em fase de busca para mais esclarecimentos sobre a adoção, compartilhamento de informações e disponibilização de dados na mesma. Informou que no caso das RPPN, como muitas são da esfera estadual ou municipal, ainda não tem previsão de inserção dos dados, mas que em breve será apresentado uma estratégia para tal. Destacou que é importante que todos tenham clareza que o WPDA não tem caráter oficial. Que é fundamental, neste momento, dedicar tempo para inserção dos dados das RPPN no CNUC e SAMGe de forma ampliar o registro das informações sobre estas unidades em todo o país. É uma lacuna que existe, também a nível federal as RPPN não estão 100% cadastradas no CNUC. E essa deve ser a primeira e urgente tarefa de todos.

Laercio de Souza (Projeto Reservas Privadas do Cerrado) respondeu que com a modernização e atualização do CNUC poderão inserir as informações e gerar uma base de dados mais atualizada e próxima da realidade atual das RPPNs. E que, os planos de manejo, de fato, hoje se tiverem 5% de RPPN com planos de manejo implementados será um feito. A maioria não tem planos de manejo elaborados. Que também é uma enorme lacuna e que precisa ser sanada urgentemente, com roteiros para elaboração de planos mais simplificados e com a possibilidade de inserção de dados de forma gradativa, para não ser um empecilho burocrático para os proprietários que querem conservar e proteger suas florestas.

Atualmente, as propriedades com RPPN regularizadas têm desconto no Imposto Territorial Rural, conseguem obter benefícios. Então este processo é interessante para alguns proprietários. Mas a regularização ainda é muito burocrática e dispendiosa. É preciso tornar o processo mais atrativo e simplificado para os médios e pequenos proprietários. Apontar caminhos para que tal modalidade seja um grande benefício para todos - proprietários, municípios, estados e União.

### 3.7. Boas práticas para a gestão e consolidação do SNUC nos estados: relatos de experiências, inovações e oportunidades para a sustentabilidade financeira

#### 3.7.1. Boas Práticas na gestão e consolidação do SNUC nos estados – Maurício Guerra ABEMA (SEMAS/PE)

O processo de inovação e a definição de novos instrumentos para a gestão ambiental e conservação da biodiversidade em UC de Pernambuco tiveram início no ano de 2019, em decorrência da realização da Conferência Brasileira do Clima. Nesta ocasião, os estados realizaram o importante evento do clima, e pactuaram uma agenda para atuação dirigida dos estados para o desenvolvimento de estudos para os temas sobre as mudanças climáticas e realização de ações estruturantes para a criação e implementação de um sistema estadual de unidades de conservação.



Figura 7 – Contexto do levantamento realizado pela ABEMA no âmbito das mudanças do clima.

Foram criadas Câmaras Técnicas e foram desenvolvidas ações como a realização de diagnósticos ambientais e os levantamentos de informações sobre o status de cada um dos nove estados do nordeste quanto às questões ambientais. Um dos temas da agenda pactuada se refere à promoção e ao fortalecimento das ações para criação e implementação de unidades de conservação estaduais, baseadas em uma gestão colaborativa e compartilhada.

As primeiras experiências exitosas compiladas pelo diagnóstico são dos estados de Santa Catarina e de Rondônia.

Outras ações que têm sido contempladas pela Câmara Técnica do Clima, formado pelo Consórcio Nordeste e que compõem a Conferência Brasileira do Clima, foi o levantamento dos sistemas estaduais e das políticas existentes para a criação de UCs nos nove estados do nordeste. Um dos resultados do levantamento é a existência de sistemas estaduais de UC na maioria dos estados, apenas o estado da Paraíba não possui nenhum sistema próprio.

Somados, os estados da região Nordeste possuem atualmente 448 unidades de conservação, consideradas importantes instrumentos para salvaguardar porções de seus territórios, seus biomas e recursos ambientais.

Quanto às RPPNs quase todos os estados possuem unidades criadas nesta categoria, sendo apenas a Paraíba e o Sergipe os estados que não possuem nenhuma RPPN instituída.

O estado de Pernambuco instituiu no final do ano de 2020 o Programa Unidades de Conservação, envolvendo realização de diagnósticos ambientais e levantamentos realizados com recursos do fundo de compensação ambiental. A maioria das UCs do estado de Pernambuco ainda não possuem planos de manejo elaborados.

Estão em processo de elaboração planos de manejo para 41 UCs, sendo que um total de 37 planos de manejo já estão em fase de elaboração e outros quatro planos já foram elaborados e encontram-se na etapa de revisão. Este processo tem abrangido o território de 35 municípios.

Entre os mecanismos para gestão estão sendo criados 37 conselhos deliberativos e consultivos; e estão sendo desenvolvidas ferramentas para o monitoramento remoto dos fragmentos florestais e uma proposta de estabelecimento de Corredor Ecológico entre as Unidades de Conservação.

### **Perguntas & Respostas**

Ângelo (CNRPPN) parabenizou e se colocou à disposição para colaborar com o processo de criação e implementação de RPPNs em Pernambuco.

Laercio (Rede RPPN) parabenizou a ação da SEMAS PE e colocou a Rede RPPN a disposição para questões referentes ao processo de criação das reservas. Aproveitou a ocasião para solicitar apoio do GEF Terrestre, para os desenvolvimentos de ações necessárias para proteção do bioma da região nordeste.

Daniel Castro (ICMBio) parabenizou a iniciativa apresentada e comentou como os números apresentados representam o êxito e o avanço no processo de elaboração de planos de manejo.

Maurício Guerra (SEMAS PE) respondeu que estão utilizando dois materiais de referência para essa construção: os roteiros metodológicos do ICMBio e o guia elaborado pelo estado de São Paulo. Destacou que o apoio do IF/SP está sendo muito importante, devido a experiência deste no processo de implementação e gestão de UC estaduais.

Comentou que é importante estabelecer uma parceria com as três esferas de poder: municipal, estadual e federal, para que este processo seja exitoso como um todo.

Angélica Beatriz (NATURANTINS/TO) perguntou para o Maurício como funciona a governança da ABEMA para auxiliar os estados, a exemplo da experiência apresentada para Pernambuco?

Maurício Guerra (SEMAS PE) respondeu que a ABEMA estabeleceu Câmaras Temáticas para cada bioma presente na região, e estes também são discutidos na Câmara Técnica do Clima com intuito de conciliar as discussões.

A ABEMA atua de forma colegiada e todas as decisões são tomadas pelo colegiado, discutindo as questões abrangentes como por exemplo as da Mata Atlântica. A instituição tem trabalhado num formato compartilhado, colaborativo e em uma tentativa de alinhamento para que todos os posicionamentos sejam conjuntos. Obviamente, as práticas de cada estado são respeitadas, e buscam essa conciliação e compartilhamento. O desafio é grande, pois existe uma alternância de direção da instituição, mas há todo um esforço voltado para construir estratégias neste sentido.

Joana Fava Cardoso (Fundação Florestal de SP) perguntou se seria possível conhecer a composição das câmaras temáticas do consórcio. O representante da ABEMA sugeriu que os e-mails estão disponibilizados: Magna Helena ([abema@abema.org.br](mailto:abema@abema.org.br)) e Maurício Guerra ([mauricio.guerra@semas.pe.gov.br](mailto:mauricio.guerra@semas.pe.gov.br))

### 3.7.2. Parceria Público Privado: Projeto Reviva Parques - Rejane Pieratti (IBRAM/DF)

O panorama atual das UC do DF é formado por 82 UCs distribuídas em diferentes categorias. Os recursos financeiros disponíveis são os destinados pela Compensação Ambiental. E estes são recursos difíceis de serem recolhidos e acessados, devido aos inúmeros recursos jurídicos e todo o processo envolvido. A realidade do Instituto Brasília Ambiental (IBRAM) inclui recursos financeiros reduzidos e uma equipe pequena. Em contraponto as demandas são muitas, como as dos 26 parques ecológicos, que estão sob a gestão do IBRAM e todos abertos à visitação pública, mas com diversas demandas a serem atendidas, como a manutenção e a recuperação.

O IBRAM empreendeu esforços para estruturar uma Força Tarefa para atender as demandas mais urgentes, e neste sentido conseguiu recuperar 26 parques ecológicos com a estratégia do Reviva Parques do DF, com o estabelecimento de parcerias público privadas, e com atuação pautada na gestão colaborativa e compartilhada. O projeto Reviva Parques foi criado por Decreto em 03 de março de 2021 e recentemente regulamentado em setembro de 2021. O objetivo é estabelecer parcerias público privadas com instituições públicas e empresas do Distrito Federal. Mas este modelo não se enquadra no formato de uma concessão tampouco no de adoção de parques.

É uma parceria entre os diferentes órgãos do governo, como o IBRAM, a NovaCap, o SLU entre outros, que forma uma Força Tarefa para a execução das obras e manutenção identificadas como urgentes. A participação destes órgãos é toda voluntária. A coordenação da estratégia Reviva Parques é da Secretaria de Governo do Distrito Federal em conjunto com o IBRAM.

Os órgãos de governo realizam as reformas e revitalizações necessárias, e contam com a mão de obra do sistema prisional – detentos que estão em regime semiaberto (saem de dia para trabalhar e retornam ao sistema prisional à noite).

A maior parte da manutenção é feita nas áreas de uso intensivo dos parques. Mas existem ações sendo implementadas também em áreas de acesso restrito. Alertou que cuidar e manter as áreas de uso intensivo auxilia sobremaneira para que toda a sociedade que utiliza estas unidades compreenda a importância destas para sua qualidade de vida.

Os parceiros externos que também participam da iniciativa são as associações de moradores, empresas privadas, instituições de ensino, Pessoas Físicas e Pessoas Jurídicas da sociedade civil. As modalidades previstas são: recursos de doação e recursos em cooperação.

A diferença do Reviva Parques está na contrapartida do projeto, com a disponibilização aos parceiros privados de um espaço para uso da marca – onde a empresa pode colocar seu logotipo.

O espaço para propaganda das empresas que doam recursos é calculado a partir de módulos, para uso de publicidade, proporcionalmente ao valor doado. Como exemplo citou a sinalização instalada no Parque Ecológico Olhos D'água, no qual todas as placas foram confeccionadas e instaladas com recursos de doação, e com isto a empresa doadora utilizou de um espaço, nas placas, com inserção de sua logomarca como parceira para manutenção do parque.

### **Perguntas & Respostas**

Ana Célia Garcia (SEMAS/PE) solicitou o contato da Rejane Pieratti para obter mais informações sobre o projeto Reviva Parques IBRAM/DF.

Laercio (REDE RPPN) avaliou ser muito interessante a parceria com os detentos do sistema prisional no regime semiaberto e que esse modelo de experiência precisa ser replicado por todo o Brasil.

### **3.7.3. Oportunidades de alternativas financeiras para o SNUC – Manoel Serrão (FUNBIO)**

Conservação sem financiamento já se revelou que não é eficiente; e esse tema é recorrente e representa um problema mundial: a conservação dos recursos ambientais. É necessário um reposicionamento da sociedade civil frente às UC de áreas protegidas.

A principal fonte de recursos para a conservação ambiental de áreas protegidas sempre foi o recurso público, e esse é o maior desafio. A sociedade precisa compreender e começar a cobrar de seus governantes que os recursos destinados à proteção e conservação sejam efetivamente empregados.

Um importante desafio para o cenário atual é criar um ambiente favorável para a inovação tecnológica dentro do serviço público.

O orçamento público é a principal fonte de recursos e o orçamento da União para a gestão ambiental está no patamar de 0,33%. O cenário é muito crítico pois este orçamento público tem 50% comprometido apenas com o pagamento de pessoal – dos órgãos gestores. Tudo é um ciclo e não se resolve. Em relação ao orçamento estadual, este cenário não muda.

Como reequilibrar? Entender qual é a demanda e explicar qual será o impacto do investimento.

Manoel Serrão apresentou considerações sobre os modelos de custos - os pontos fracos e as fortalezas.

Alertou que em muitas situações, no caso dos estados, é necessário refletir se vale a pena buscar outras fontes de recursos. O financiamento para a restauração/recuperação ambiental pode ter um expressivo montante, mas isso por si só pode não assegurar a efetividade na alocação dos recursos. É preciso avaliar o volume de recursos - a acessibilidade e o tempo empreendido necessário para acessar os recursos. Quais os esforços necessários para acessar possíveis fontes

de recursos? É preciso avaliar se os custos para elaborar propostas e atender as condições não elevam sobremaneira os custos finais, o que representa ao final, numa planilha de custos, um perde-perde.

É preciso mapear as demandas e contrapor com as demandas de cada linha de financiamento. A gestão das fontes privadas e públicas de financiamento possuem diferentes possibilidades.

Mesmo os recursos de filantropia, possuem valores disponíveis para diferentes interesses. E há uma disputa grande por estas fontes de recursos. Os principais doadores estão dirigidos para o bioma Amazônia. Mas há interesses diversos e específicos, por exemplo, é forte a relação do estado de Pernambuco com a colonização holandesa. O estado de Pernambuco poderia explorar um potencial interesse da Holanda em financiar suas unidades de conservação unindo a proteção da biodiversidade com fins de reduzir as mudanças climáticas.

Outro aspecto importante para acessar fontes de recursos existentes é a avaliação dos riscos. Este é um item que estamos pouco acostumados, a questão cambial e que atinge diretamente a execução dos projetos, orçados geralmente em um cenário econômico e uma condição cambial que está sujeita a alterações. Isso tem comprometido a execução de muitos projetos de conservação, que fizeram estimativas e projeções financeiras e orçamentárias, mas diante de mudanças macroeconômicas, afetaram a execução, ocasionando diversos prejuízos e o cumprimento do cronograma previsto.

#### **Perguntas & Respostas**

Rejane (IBRAM/DF) parabenizou a apresentação e ressaltou a necessidade de ter espaços que permitam a comunicação entre os estados e os diferentes institutos para que as experiências e as necessidades reais, do cotidiano, possam ser relatadas e trocadas. Seria muito produtivo ter um grupo de WhatsApp destinado aos gestores estaduais e federais para possibilitar esse ambiente de troca de experiências de forma mais fluida e rápida.

Joana Cardoso (FFSP) concordou com a sugestão da Rejane, pela criação de um grupo de gestores no *WhatsApp*, pois o ambiente disponibilizado no Teams é válido, mas nem sempre é ágil para algumas consultas.

Michele Sato (DAP/MMA) respondeu que essa sugestão será repassada à equipe e que será avaliada. O grupo disponibilizado no Teams foi pensado por ser a ferramenta disponibilizada ao MMA, mas que irão pensar na possibilidade de criação deste grupo utilizando o aplicativo WhatsApp.

#### **3.7.4. Recuperação da vegetação nativa de áreas degradadas em UCs – Otávio Ferrarini (DECO/SAS/MMA)**

As iniciativas e projetos desenvolvidos pelo Departamento de Ecossistemas – DECO do MMA tem maior aproximação com a temática da recuperação da vegetação nativa. Esta agenda está inserida no âmbito da Secretaria da Amazônia, que coordena a Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa, a PROVEG e o principal instrumento para a sua implementação é o Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa – PLANAVEG.

As ferramentas para a operacionalização do PLANAVEG, em sua maioria, vêm dos projetos de cooperação internacional, e o ponto de partida é sempre a partir da visão dos gestores das UCs

e localidades. Para esta importante política nacional, para as Unidades de Conservação de Uso Sustentável a ênfase está dirigida ao fortalecimento e suporte aos arranjos produtivos locais voltados para obtenção de resultados expressos em termos de ganhos produtivos, econômicos e sociais. Quando se trata de Unidades de Conservação de Proteção Integral, a ênfase está dirigida às questões ecológicas e de recuperação da vegetação nativa.

O DECO coordena o projeto de Recuperação de Áreas Degradadas e executa duas linhas de ação: a linha de ação 1 está mais voltada para projetos de conservação e restauração da vegetação dos biomas da Caatinga, Cerrado-Pantanal e Pampa e a linha de ação 2 está mais dirigida ao fortalecimento e incentivo das cadeias produtivas da restauração nos biomas Caatinga, Pantanal e Pampa.

Dentro da linha de ação 2, o objetivo é executar projetos para elaboração e implementação de planos de recuperação de áreas degradadas localizados no interior e ou entorno de UCs na região da Caatinga, Pantanal e Pampa. As UCs selecionadas abrangem diferentes categorias nos três biomas.

Ao todo já estão com 15 projetos elaborados e contratados. As metas são elaborar um plano de recuperação de áreas degradadas e mapear todas as áreas degradadas do interior e entorno das UCs, e definir as diretrizes e técnicas para a recuperação da vegetação nativa, incluindo a definição de técnicas mais adequadas e a priorização das áreas degradadas mapeadas. O desafio é implementar parte do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas até maio de 2023.

As ações e técnicas vão desde o plantio total, plantios de adensamento e enriquecimento; até a condução da Sistemas Agroflorestais – SAFs e a recuperação de pastagem degradadas, entre outros.

Os beneficiários diretos do projeto, em sua maioria, são as comunidades mapeadas com maior dependência dos recursos florestais (extrativistas) e as em situação de extrema pobreza.

A última chamada realizada em janeiro de 2021 teve 10 projetos aprovados, sendo quatro na linha de ação 1 (abrangendo a Caatinga, Cerrado-Pantanal e Pampa) e com uma estimativa para recuperação da vegetação nativa de mais de 116 hectares.

Os outros seis projetos aprovados estão na linha de ação 2, sendo quatro na região da Caatinga, um na região do Pantanal e um na região do Pampa. Nesta linha de ação 2, os projetos estão mais dirigidos para o fortalecimento da cadeia produtiva da restauração (cadeias de valor e arranjos produtivos) associada à recuperação da vegetação nativa por meio de atividades de pesquisa, extensão ou difusão de tecnologias apropriadas.

O GEF Mata Atlântica tem a mesma estratégia adotada pelo GEF Terrestre. Com o chamamento de projetos dirigidos ao fortalecimento das cadeias produtivas associada à recuperação de áreas degradadas e à conectividade entre os diferentes fragmentos florestais.

Ao todo foram recebidas 12 propostas submetidas ao GEF Mata Atlântica, abrangendo uma área total a ser recuperada de 3.092 hectares de Mata Atlântica. A previsão é de promover e envolver a capacitação de mais de 700 pessoas. Estes projetos ainda estão na fase de contratação, elaboração e análise dos planos de execução.

Outra iniciativa é o Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia, onde os projetos estão atuando na Reserva Extrativista (RESEX) Chico Mendes com uma visão integrada, envolvendo também o entorno da UC. Na Área de Proteção Ambiental Triunfo do Xingu – as áreas das APA são

constituídas por propriedades privadas dentro da UC – estão estruturando viveiros florestais familiares, realizando análise do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e inserindo as propriedades na plataforma do SICAR. Ao todo já foram 1.000 imóveis mapeados.

Também estão apoiando projetos com ações de condução da regeneração natural em UCs estaduais do estado de Rondônia, como estratégias para recuperação da vegetação nativa degradada. Foram realizados mapeamentos das áreas em unidades de conservação estaduais e estabelecidos procedimentos para o monitoramento da condução da regeneração natural visando a recuperação da vegetação.

### **Perguntas & Respostas**

Laercio (Rede RPPN) perguntou se existe alguma possibilidade de ampliar o prazo para execução dos programas do GEF por mais um período, por exemplo dois anos.

Otávio Ferrarini (DECO/MMA) respondeu que estão fazendo tratativas a respeito, mas que não tem informações precisas, e que a Coordenação do DAP estaria mais apta a responder sobre a situação destas. Comentou que a questão do avanço das taxas de desmatamento e a ocorrência das queimadas no ano de 2020 e 2021 são desafios.

Avalia que as ações mais pontuais, como a estratégia adotada pelo GEF Terrestre de apoiar projetos voltados para o fortalecimento das Cadeias Produtivas e Arranjos Produtivos Locais para os produtos da restauração, são importantes no peso dessas tratativas para prorrogação do Programa. Alertou que é preciso pensar não apenas na restauração, na recuperação da vegetação nativa em si. Mas sim compreender que é preciso avançar com estratégias para o desenvolvimento local em termos econômicos e sociais, como as cadeias produtivas.

Michele Sato (DAP/MMA) acrescentou que quem está à frente das tratativas e negociações para prorrogação do GEF Terrestre são os diretores do DAP. Conforme as informações forem disponibilizadas, a equipe do DAP irá atualizar os gestores sobre as tratativas para a prorrogação do prazo de encerramento do GEF Terrestre.

#### 3.7.5. Integração das Unidades de Conservação aos contextos locais: projetos comunitários – Andrea Moreira (SEMA/CE)

O projeto Botucatu, que significa “bons ventos” na língua tupi Ybytukatu é uma experiência de projeto em áreas de Reservas Extrativistas Marinhas, cujo público beneficiado são os pescadores, marisqueiras e jovens. O projeto foi selecionado pelo GEF Mar, e tem como objetivo principal a promoção da participação social na perspectiva da etnoconservação. Todas as ações do projeto foram trabalhadas em conjunto com a Colônia dos Pescadores Z-8 e seus filiados. O Projeto adotou como estratégia o uso de um “Termo de Compromisso” e as atividades envolveram os pescadores, marisqueiras e os jovens em treinamento e capacitação para uso de GPS para realização de mapeamento das áreas de uso e de pesca; realização de oficinas para realização das atividades de monitoramento comunitário; e a produção de um documentário sobre os usos locais e a valorização da cultura e história dos pescadores da colônia. Também promoveram o I Encontro de marisqueiras e realizaram oficinas de multiplicadores para a educação ambiental.

A pandemia do coronavírus prejudicou o desenvolvimento da execução de muitas atividades previstas, mas apesar do cenário pandêmico, conseguiram realizar o I Seminário sobre as Mulheres Pescadoras da Colônia Z-8 e o I Encontro de Mulheres Marisqueiras com a realização de oficinas, palestras e rodas de conversas.

Como resultado direto do curso de capacitação em uso do GPS foi possível dialogar com os pescadores para que eles compreendessem importantes conceitos de uso e dos termos de compromisso para gestão dos recursos pesqueiros da região. Foi elaborado um guia “*navegar é preciso*” para auxiliar na execução do curso. Ao todo foram capacitados 20 alunos e todos receberam um GPS para utilização, tendo como principal finalidade a demarcação das áreas de uso da pesca. Também foram feitos acordos e mutirões, como o previsto para a revitalização da pintura e da área externa do auditório de uma área da sede da Colônia para o primeiro semestre de 2022.

### **Perguntas & Respostas**

Paulo Sheid (IEF/MG) parabenizou a Andrea Moreira e citou que no estado de Minas Gerais estão estimulando as cadeias produtivas dentro das UC e querem ter exemplos como o que foi citado, de estabelecimento de Termos de Compromisso e conhecer mais a experiência com a Colônia dos Pescadores Z-8 do Ceará, como foi o processo de implantação no estado. Solicitou que se for possível, gostaria de conhecer o modelo utilizado para estabelecimento do termo de compromisso.

Laercio (Rede RPPN) convidou Andrea para compartilhar a experiência construída no Ceará em um Fórum Internacional das Reservas da Biosfera, e que ela poderia apresentar o tema envolvendo questões de gênero, apoio às mulheres pescadoras e marisqueiras do Ceará.

O convite foi prontamente aceito e Andrea agradeceu a oportunidade.

#### 3.7.6. Brigada Voluntária – Hudson Félix (Flona de Brasília/ICMBio)

Foi compartilhada a experiência do gestor em implementar um programa de brigada de prevenção e combate a incêndios, com atuação voluntária, dentro da Floresta Nacional (Flona) de Brasília.

O programa de voluntariado foi implantado e tem como tema central a prevenção e combate aos incêndios florestais e a formação de uma brigada voluntária constituída por pessoas do entorno da Flona.

Hudson Felix (ICMBio) contextualizou que o processo de abertura para as candidaturas de voluntariado fez parte de uma estratégia muito mais ampla que é o Manejo Integrado do Fogo – MIF, uma abordagem de gestão do fogo que envolve aspectos do manejo integrado do fogo, preparando as brigadas e capacitando-as para o combate e prevenção, mas sempre associando essa estratégia ao manejo integrado do fogo. Essa estratégia considera as necessidades que alguns ambientes têm pela ocorrência do fogo. Esclareceu-se que toda a ação está fundamentada e embasada em diversas pesquisas científicas recentes, e é preciso haver um esforço de monitoramento e ensaios científicos para amparar as ações de manejo integrado do fogo.

Ao mesmo tempo, é necessário associar o uso do fogo como um aspecto cultural e, principalmente, econômico: por que se utiliza o fogo? É preciso realizar ações de prevenção que envolvem muitas questões e conceitos de educação ambiental, para que aqueles produtores que precisam usar o fogo em seus roçados e áreas de agricultura familiar, saibam avaliar os riscos e tenham conhecimento sobre como prevenir grandes incêndios decorrentes deste uso. Toda essa questão envolve uma multidisciplinaridade que chega a extrapolar a competência do

órgão gestor: de capacitar, de realizar campanhas de esclarecimento, de realizar as atividades de proteção. É preciso envolver outros perfis de profissionais e técnicos para atuar com as comunidades e envolver a academia científica.

Os temas são plurais e precisam de diversas competências envolvidas. Ao perceberem isso, a Flona de Brasília lançou um edital para convocação de voluntariado, elaborado para abranger diversos perfis identificados como necessários, como: de comunicação, de brigadistas, de educadores ambientais, entre outros. Este modelo de edital de chamamento para voluntários foi realizado no início de 2020, e com a pandemia do coronavírus o início da execução teve atraso.

Quando o programa para candidaturas voluntárias foi aberto houve uma enorme adesão, mas só havia 20 vagas. Muitas pessoas se candidataram, e foi diagnosticado que a maioria tinha um nível de expertise muito alto, tinham mestres e doutores entre os candidatos e isso representou um ganho para a gestão efetiva da UC.

O grupo voluntário que atua como equipe de comunicação, por exemplo, teve um desempenho muito gratificante. Hudson Félix convidou todos a acessarem as redes sociais e o site da Flona e visualizarem a campanha que foi feita, por profissionais da área de comunicação e de forma voluntária.

Os responsáveis por todo o monitoramento e sensoriamento remoto, também tem produzido diversos mapas e levantamentos que em breve serão disponibilizados. Compartilhou que a experiência mostrou que é possível, mesmo considerando que há necessidade de ajustes e adequações, mas este formato de voluntariado, é uma alternativa possível para apoiar a gestão de UC.

### 3.7.7. A gestão do risco de incêndios florestais em áreas protegidas - Liana O. Anderson (CEMADEN)

O Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais – CEMADEN realizou um diagnóstico que apontou tendência para ocorrência de incêndios florestais em algumas áreas protegidas que possuem risco de ocorrência aumentado para os próximos anos.

Foram considerados dois níveis de informações: as (i) condições climáticas (quanto as probabilidades de chuvas, temperaturas e duração das estações secas) associadas às (ii) atividades humanas ocorridas que apontam para tendências de queimadas, resultando na identificação dos locais com tendências de aumento para as ocorrências de incêndios.

As classes que despertaram maior atenção foram: a ocorrência do fogo e as condições meteorológicas que aumentam sua propagação.

O CEMADEN desenvolveu um plano operativo de prevenção e combate aos incêndios florestais da Rede Amolar em 2021 – do Pantanal, com ações desencadeadas com a brigada do Alto Pantanal, envolvendo o PrevFogo/Ibama, o corpo de bombeiros, as brigadas voluntárias, entre outros.

## Perguntas & Respostas

Laercio (Rede RPPN) comentou que é fundamental que cada UC tenha um plano de prevenção e combate contra incêndios e uma brigada formada e operante. É preciso pensar nisso inclusive no ambiente do SNUC.

Maurício Guerra (SEMA/PE) perguntou como está a adesão dos brigadistas que atuam diretamente na linha de frente ao combate.

Hudson Félix respondeu que essa foi uma das problemáticas para o projeto, pois a pandemia não permitiu a realização de cursos para os combatentes, isto é, o treinamento da parte operacional. Assim, foram selecionados somente aqueles voluntários que já haviam sido brigadistas, pois não havia como realizar os treinamentos de maneira presencial. Isso facilitou, mas fundamental é o fato de todos os voluntários serem usuários e vizinhos da Flona de Brasília, pois existe um sentimento de pertencimento. Avaliou que não é difícil mobilizá-los porque a fumaça e o fogo os afetam diretamente, somado ao pertencimento existente, a convocação funciona muito bem.

### 3.7.8. Plano de Manejo das UCs – Daniel Castro (ICMBio)

Daniel Castro resgatou o histórico sobre como era o processo de Planos de Manejo - PM anteriormente. Havia uma prática com diagnósticos detalhados, mas com baixa conexão com o planejamento, que não entrava na estratégia de uso do território da UC. Havia também uma grande dependência de consultorias externas, que elaboravam todo o PM e com o passar do tempo os custos aumentaram em demasia todo o processo de elaboração dos PM. Havia também uma baixa sinergia do processo de elaboração dos diagnósticos e dos PM em si com os outros planejamentos do ICMBio.

Os planos de manejo depois de elaborados não conversavam com outras ações do instituto e havia uma cultura institucional de planejamento muito localizada na COMAM, o que resultava em muitos desafios para implementação e efetivação da gestão das UCs. Para superar esses gargalos e desafios instituíram um roteiro metodológico único, e uma instrução normativa com diretrizes institucionais padronizadas. Aumentaram a integração do plano de manejo com outras coordenações do Instituto, desde a abertura do processo de elaboração, com consultas às coordenações e planejamentos específicos, compatibilizando com outros instrumentos de gestão, como acordos de gestão e planos de usos. O processo alcançou mais efetividade na participação social, reduziu os custos e aumentou a agilidade na aprovação do PM.

Do total de 333 planos de manejo de UCs federais necessários, faltam elaborar 177. Destes, 49 estão em elaboração e nove estão judicializados. Ao todo 216 planos de manejo estão realizados, sendo 195 nos moldes antigos e 21 já nos moldes da Instrução Normativa 07/17.

## Situação dos Plano de Manejos UCs Federais

Total de UCs - 333	Nº UC
Faltantes	177
Em elaboração	49
Judicializados	9
Realizados	216
Moldes antigos	195
Moldes IN 07/17	21



Figura 8 – Situação dos planos de manejo das unidades de conservação federais.

O processo atual de elaboração de PM busca de forma mais simplificada conduzir as etapas necessárias. Iniciando com (1) organização do planejamento, (2) elaboração dos subsídios ao planejamento (com ênfase nas informações que já existem ao invés da busca por dados primários, pois se estes forem necessários, irão aparecer nas oficinas de elaboração), (3) oficinas de elaboração do plano de manejo, (4) consolidação (interna, apresentação do documento internamente) e (5) trâmite para aprovação e publicação.

O PM é construído pelo embasamento de elementos como: propósito, significância, recursos e valores fundamentais. Citou que pensam na realização de um curso sobre este processo de elaboração de PM para os gestores estaduais.

Percebe-se que quanto maior a interação dos gestores da unidade com a sociedade melhor fica o planejamento, por isso a importância de envolver a participação social em todo o processo de construção dos PM de UC.

Disponibilizou um link para que os interessados acessem maiores informações sobre o catálogo de produtos e serviços do ICMBio ([link no final deste relatório](#)).

Um grande gargalo é como vai ser feito o monitoramento, e é a partir dessa ferramenta é que se pode avaliar o que está dando certo e onde precisa se ajustar. O SAMGe é a ferramenta para análise e será um desafio gerar tais informações de forma automática a partir da inserção dos dados no sistema, para medir a efetividade e eficiência da gestão da UC.



Figura 9. Participação dos setores econômicos, governamentais e outros atores sociais no processo de criação da UC.

### 3.7.9. Experiência do Instituto Florestal de Minas Gerais com a elaboração de plano de manejo das UCs – Helen Duarte

Helen fez um depoimento sobre os percalços para implementação dos Planos de Manejo das UCs estaduais de Minas Gerais.

O IEF/MG tem apoiado a elaboração de planos de manejo para 47 UCs. Estão em fase de elaboração 22 planos de manejo, sendo que seis planos estão suspensos por situações diversas e um plano está em processo de revisão.

O IEF está em processo de contratação de consultorias para elaboração de um total de 14 planos de manejo e pretende lançar outro edital para elaboração de outros 14 planos.

A mudança da metodologia utilizada pelo IEF teve início em 2017, com apoio do ICMBio, a partir de uma oficina realizada com gestores do instituto. Em 2019 o IEF fez uma capacitação com as equipes regionais e em 2020 o primeiro Plano de manejo foi aprovado já utilizando a nova metodologia.

Entre 2020 e 2021 aprovaram outros três planos de manejo com esta nova metodologia – do Parque Estadual da Serra Nova e do Parque Estadual do Talhado, do Monumento Natural da Serra da Piedade e Parque Estadual da Serra da Boa Esperança.

Avaliou que dentre estes planos, alguns são híbridos, com alguns dados no formato antigo, e que precisaram de alguns ajustes. Mas a experiência de adoção da nova metodologia foi um grande aprendizado. O processo novo de elaboração de planos de manejo para UC é simplificado, mas ao mesmo tempo tem nuances que são de certa forma, mais complexas.

Os desafios enfrentados são muitos, mas os principais envolvem a necessidade de capacitação, para que haja domínio da nova metodologia. Avaliou que o IEF recebeu muitas críticas sobre a

nova metodologia, principalmente devido à falta de dados primários e de um planejamento. As críticas vieram tanto dos próprios gestores como da academia científica que critica a ausência destes dados. Um outro gargalo identificado pelo IEF MG é que os consultores contratados para elaborar os PM não possuíam experiência com a nova metodologia e o novo roteiro. Isso ocorreu devido a disponibilização de recursos da compensação ambiental, que direcionou a opção do IEF em contratar consultoria para elaborar os planos de manejo. No entanto, isso gerou diversos problemas devido a nova metodologia não ser conhecida pela consultoria contratada.

### **Perguntas & Respostas**

Ângelo (CNRPPN) seria interessante pensar num momento específico para tratar a metodologia. Reflexão é que estamos presos a um modelo de PM que não reflete nas necessidades das UC e regiões. Em 30 anos não conseguimos implementar PM nas UC do PR. É preciso criar modelos. Uma sugestão é que ele comece pequeno, mudando a lógica de construção, elaboração e aprovação do PM para superar este grande passivo que temos.

Mauricio (NATURATINS/TO) perguntou sobre quando há necessidades mais específicas para alterar e não tem necessidade de revisar e sim alterar alguns pontos, como o ICMBIO orienta essa necessidade?

Mauricio Guerra (SEMA/PE) comentou que uma das principais dificuldades enfrentadas no processo como um todo é a construção desse conjunto de informações primárias. Esse compêndio de informações deveria ser mais objetivo para poder prontamente apontar rumos, apontar soluções em torno da proteção e conservação da UC. Pois, anteriormente, muitas informações sequer serviam para agregar elementos para as questões mais prementes, voltadas para a proteção. O objetivo do PM deve ser mais amplo, sair do âmbito do papel para cumprir a efetiva gestão da UC e para a proteção dos seus recursos. O conjunto de normas e regulamentações, muitas vezes, pouco representam diante da realidade e das necessidades de conservação.

Comentou que reconhece o esforço para essa grande novidade, essa nova maneira de abordar e construir o PM e que isso irá gerar ganhos com certeza.

Rejane (IBRAM/DF) Como contribuição para a elaboração, esse pacote de contratação de empresas para elaborar 15 PM por exemplo, e a lição aprendida é que não dá certo com recursos da compensação. Estabeleceram uma parceria com o Banco do Brasil que lançou um edital e uma associação ganhou a licitação para elaborar 10 planos de manejo, com as poligonais já definidas. Gostaria de compartilhar com os demais qual estado tem PM implementado de fato, pois no DF não tem, o grande gargalo é a implementação deste por completo.

Angélica Beatriz (NATURANTINS/TO) comentou que o processo de construção para cada UC tem que ser específico, envolve muitas especificidades e avaliou que a contratação de pacotes para elaboração não funciona. Essa nova metodologia pode ser viável e evitar isso.

Paulo Scheid (IEF/MG) a proposta da nova metodologia é tratar o PM como um portfólio de projetos que serão implementados ao longo dos anos, conforme as necessidades. Então avalia que essa nova metodologia neste sentido é mais viável.

Angélica avaliou que esta nova metodologia quebra exatamente esse rumo antigo, com a possibilidade de revisar e ajustar conforme a gestão da UC.

Daniel Castro (ICMBio) apontou que a sociedade reconhece a importância do Plano de manejo da UC. E que este documento gera um poder de mobilização para o planejamento do uso

territorial. Destacou que essa nova metodologia é fruto de todo o aprendizado e da troca de experiências com outras iniciativas como o caso dos EUA e outras iniciativas que já estavam em curso no Brasil para UC.

Sobre a necessidade de revisão específica, o que tem sido feito é que quando a unidade demanda algum ajuste ou revisão, o gestor deve responder se fez alguma ação de monitoramento na UC, porque a Instrução Normativa 07/17 assim regulamentou, e essa monitoria traz o embasamento técnico para que sejam feitas mudanças, alterações. Por que isso? porque muitas alterações estão sendo solicitadas por motivações políticas, e com a monitoria é possível checar as informações e reais necessidades. Hoje essa alteração é mais flexível. Citou que tem hoje PM com RPPNs federais e que tem funcionado, é preciso aprimorar alguns aspectos, mas que a nova metodologia tem sido adotada para as RPPN.

Em sua grande maioria, principalmente dos planos de manejo antigos, de fato não há muitos casos documentados de execução/implementação. Mas os novos planos de manejo, como da Flona dos Palmares (PI) o gestor informou que já está sendo implementado, então Daniel avalia que as oficinas têm provocado uma nova percepção e atuação dos gestores com relação à implementação dos planejamentos.

Outro PM construído com essa nova metodologia foi o da APA do Delta do Parnaíba.

Ângelo (CNRPPN) comentou que caso adotássemos uma proposta de elaboração de plano de manejo simplificado (primeira versão) com a possibilidade de inclusão de anexos na medida em que o plano for evoluindo, rapidamente seriam vencidos o grande passivo de UCs sem planos de manejo.

Andrea Moreira (SEMA/CE) compartilhou que na elaboração do plano do Parque Estadual Marinho da Pedra da Risca do Meio (PEMPRIM) não conseguiram usar 100% da nova metodologia apresentada pelo ICMBio, mas aplicaram alguns conceitos e métodos onde conseguiram, e que diferença no resultado foi singular.

## 4. Sugestões de temas para o próximo encontro

Foi solicitado aos participantes que fizessem sugestões de temas para o próximo Encontro, previsto para o primeiro semestre de 2022, usando um *link* do aplicativo *Mentimeter*.

Os resultados foram transcritos e agrupados abaixo pelo critério de semelhança. Entretanto, diferentes organizações temáticas são possíveis. As telas do *Mentimeter* com as sugestões apresentadas, podem ser conferidas no anexo.

### **a) Criação de UC**

- ✓ Criação de UC
- ✓ Programas de apoio à criação de UC nos municípios

### **b) Papel das esferas de governo no SNUC**

- ✓ Papel dos SEUCs junto ao Cadastro Nacional de Unidades de Conservação
- ✓ Incluir melhorias nas atribuições dos Estados e Municípios junto ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

**c) RPPN**

- ✓ Avaliação da gestão das RPPN
- ✓ Implementação do SIMRPPN nos Estados

**d) Inclusão de novas categorias do SNUC**

- ✓ Inclusão de novas categorias de UC no SNUC
- ✓ Reconhecimento de Mosaicos de UC e Corredores Ecológicos

**e) Gestão integrada de UC**

- ✓ Como sugestão o tema Mosaico de Unidades de conservação
- ✓ Gestão integrada de UCs, caso dos mosaicos
- ✓ Experiências de Gestão Compartilhada
- ✓ mosaicos de áreas protegidas
- ✓ Mosaicos de Áreas Protegidas - aprendizados e experiências existentes

**f) Planos de Manejo**

- ✓ Implementação do Plano de manejo
- ✓ Plano de manejo
- ✓ Acompanhamento da nova metodologia de plano de manejo e discussões sobre cursos que estejam ocorrendo ou tenham ocorrido entre Estados e ICMBio
- ✓ Implementação de planos de manejo

**g) UC & populações tradicionais**

- ✓ Trabalhos com comunidades tradicionais
- ✓ Gestão participativa (inovações e casos de sucesso)
- ✓ Implementação de Termos de Compromisso com moradores ou comunidades que utilizam recursos naturais de Unidades de Conservação de Proteção Integral
- ✓ Populações residentes em UC de Proteção Integral
- ✓ Recategorização de UC, reassentamento, indenização e termos de compromisso

**h) Mudanças do Clima, PSA e REDD+**

- ✓ Mudanças Climáticas e Mercado de Carbono
- ✓ Estratégias de enfrentamento de mudanças climáticas
- ✓ Gestão e adaptação a mudanças do clima
- ✓ Pagamento por Serviços Ambientais – PSA
- ✓ REDD++
- ✓ Mercado de carbono

**i) Uso Público**

- ✓ Uso Público
- ✓ Uso público e geração de renda
- ✓ Concessão
- ✓ Concessões, permissões de uso e outras parcerias
- ✓ Concessão de Uso Público em UCs

**j) Outros**

- ✓ Gestão de Áreas marinhas e década dos oceanos

- ✓ Gestão de UCs no Bioma de Cerrado
- ✓ Monitoramento da Biodiversidade
- ✓ Comunicação/Educação ambiental e Ecoturismo

**k) Fórum do SNUC**

- ✓ As discussões foram muito ricas. Pensar na possibilidade de realizar um Fórum aberto nacional *online* para possibilitar a participação de um maior número de pessoas interessadas pelo tema
- ✓ Criar um informativo mensal sobre as iniciativas do MMA relacionadas ao SNUC que estão em curso. Esse informativo poderia ser amplamente compartilhado pelas redes sociais.
- ✓ Disponibilizar uma lista de contatos dos participantes do Fórum para possibilitar aproximações entre as partes interessadas
- ✓ Inclusão das Reservas da Biosfera no Fórum de Gestores

## 5. Avaliação do encontro

Nos dois primeiros dias os participantes foram estimulados a avaliarem os trabalhos do dia de forma oral e escrita. No terceiro dia foi disponibilizado um link para avaliação do encontro com perguntas sobre conteúdo e dinâmica da reunião e a manifestação escrita no espaço do chat também foi estimulada. Os resultados de 12 pessoas que avaliaram pelo aplicativo são reproduzidos na sequência, assim como as avaliações registradas no chat da reunião no *Teams*.

### Avaliação do primeiro dia do Encontro

Soraya Alves avaliou que foi muito objetiva a condução, assim como as questões levantadas. Foi produtivo, mas ponderou que achou meio confuso a migração das salas.

Pelo chat alguns participantes expressaram que avaliaram a dinâmica muito eficiente e produtiva.

Paulo Scheid (IEF/MG) avaliou que foi ótimo e produtivo, mas a migração da sala do grupo para a sala principal foi meio confusa, então é preciso atentar para os próximos dias.

### Avaliação do segundo dia

Alguns participantes avaliaram, utilizando o chat, o evento com boa dinâmica e muito produtivo.

### Avaliações transcritas do chat do Teams

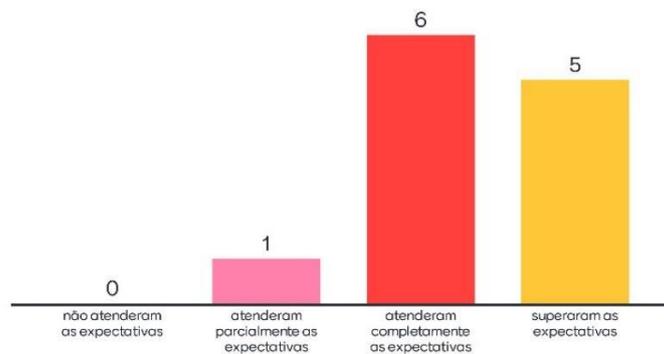
- ✓ [12:40] Joana Fava Cardoso Alves. Parabéns pela organização do evento, palestras, palestrantes. Espero que possamos criar o grupo de WhatsApp para agilizar trocas!!
- ✓ [12:51] Angelo - CNRPPN (Convidado). Parabéns pela iniciativa! Essa edição do Fórum foi um sucesso!!!
- ✓ [12:52] Paulo Fernandes Scheid. Parabéns pelo encontro pessoal! Agradeço a oportunidade de participar e pela troca de experiências! Abraços!
- ✓ [12:54] Laercio REDE de RPPN Brasil (Convidado) Pessoal, PARABÉNS...momentos incríveis. Fica aqui o meu contato [laerciorppn@gmail.com](mailto:laerciorppn@gmail.com)
- ✓ [12:54] Andrea\_sema (Convidado) Encontro bom demais! Parabéns a todos. Forte abraço.
- ✓ [12:55] Helen Duarte Faria. Parabéns! Foi excelente!!
- ✓ [12:55] Soraya Alves. Parabéns a todos por este encontro, foi muito enriquecedor!!!  

- ✓ [12:55] Mauriciojalapao (Convidado). Muito bom o encontro. Parabéns a todos.

- ✓ [12:56] Aurélio José de Aguiar IMA-SC (Convidado). Foi muito bom ter acompanhado temas tão importantes e conhecer tantas pessoas comprometidas pela conservação da Biodiversidade.
- ✓ [12:56] Claudelúcia Nogueira - CPRH/PE (Convidado). Parabéns a todos! Muito produtivo!
- ✓ [12:57] Itpalma (Convidado). Parabéns pelo Fórum.
- ✓ [12:58] mjocabral (Convidado). Ótimo encontro! Parabéns!!
- ✓ [12:58] alexnazario. Parabéns.

## Como você avalia os conteúdos abordados no 4 Encontro do Fórum do SNUC?

Mentimeter

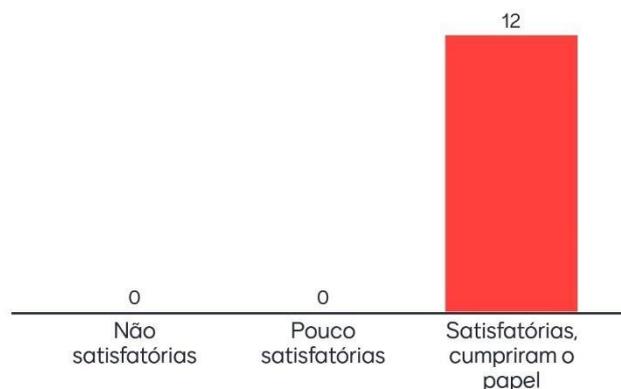


12

Figura 11 – Avaliação dos participantes do Encontro.

## Como você avalia as dinâmicas adotadas no 4 Encontro do Fórum do SNUC?

Mentimeter



12

Figura 12 – Avaliação dos participantes quanto aos conteúdos abordados no Encontro

## 6. Considerações finais

As avaliações compartilhadas pelos participantes, sobre o 4º Encontro do Fórum do SNUC, foram muito positivas. Dentre as 12 pessoas que avaliaram pelo *Mentimeter*, apenas uma avaliou que os conteúdos abordados atenderam parcialmente as expectativas, seis consideraram que os conteúdos abordados atenderam completamente as expectativas e cinco que os conteúdos superaram suas expectativas. As demais manifestações pelo espaço do *chat* do *Teams* focaram em parabenizar pela iniciativa. Outro indicador que pode evidenciar os acertos do evento foi o número de pessoas presentes nos três dias, sempre mais de 50 participantes representando 22 estados.

As dinâmicas adotadas também foram bem avaliadas e os resultados produzidos pelos diálogos em grupo demonstram o engajamento e a qualidade dos participantes.

A equipe avaliou que a decisão de realizar o Encontro no formato de meio período ao longo de três dias foi acertado, por permitir que as pessoas tivessem assegurado tempo para a dedicação a outros assuntos do cotidiano.

Os dois primeiros dias foram mais tranquilos com relação ao tempo, permitindo a manifestação dos participantes com qualidade. O terceiro dia, entretanto, ficou sobrecarregado de conteúdo, comprometendo o tempo de diálogo dedicado a cada tema. Com a diversidade e quantidade de assuntos complexos, e algumas vezes mais densos, pode ter gerado um sentimento de necessidade de mais tempo para se aprofundar. As manifestações neste sentido foram percebidas em especial para as temáticas de sustentabilidade financeira e planos de manejo, dois desafios persistentes enfrentados pelos órgãos gestores.

Com relação aos temas para o próximo Encontro, um total de 27 pessoas se manifestaram no aplicativo, outras duas fizeram apontamentos por meio do chat da reunião no *Teams*. O engajamento corrobora o interesse em continuar prestigiando o Fórum como espaço de reflexão e troca de experiências no contexto da gestão do SNUC. Do mesmo modo, a assiduidade nos três dias de Encontro revela o prestígio que o tema possui junto aos órgãos estaduais de meio ambiente e aos parceiros institucionais do MMA.

A percepção de um evento bem-sucedido é resultado da dedicação e entrega da equipe organizadora. Neste sentido, a equipe do DAP, liderada por Michele Sato, foi muito empenhada no planejamento e preparação de todos os detalhes, avaliando, ponderando e aprimorando as estratégias para alcançar os objetivos propostos para o evento. De outro lado, soma-se o fato de a audiência possuir conhecimento e comprometimento com a elaboração de soluções em conjunto, para os desafios comuns. Os participantes demonstraram disposição para compartilhar e aprender, com seus pares, as experiências e aprendizados na gestão das unidades de conservação e dos subsistemas que compõem o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC.

## 7. Anexos

### Links disponibilizados para acessar

Laercio REDE de RPPN Brasil

<https://www.wwf.org.br/?22020/Caminho-das-Pedras--Manual-de-Acesso-s-Fontes-de-Recursos-Pblicas-Nacionais-para-Proprietrios-de-RPPN>

Minidoc sobre as Reservas Privadas do Cerrado - parte 2. Assista e conheça mais sobre a importância desse bioma tão ameaçado. Compartilhe

[https://www.youtube.com/watch?v=KLP1ysKn\\_ro&t=14s&ab\\_channel=Funatura](https://www.youtube.com/watch?v=KLP1ysKn_ro&t=14s&ab_channel=Funatura)

### Links Planos de Manejo ICMBio

Roteiro Metodológico

[https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/downloads/roteiro\\_metodologico\\_elaboracao\\_revisao\\_plano\\_manejo\\_ucs.pdf](https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/downloads/roteiro_metodologico_elaboracao_revisao_plano_manejo_ucs.pdf)

Catálogo de Produtos e Serviços do ICMBio

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYmFkMDAwNDItYjI0ZC00NTY1LWJkNTAtMzljNTY1ZTBkMWZjIiwidCI6ImMxNGUyYjU2LW1YmMtNDNiZC1hZDIjLTQwOGNmNmNjMzU2MCJ9>

SAMGe

<http://samge.icmbio.gov.br/>

Canal de Vídeos Educativos sobre Planos de Manejo

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLpw4SYctAmtMTgg4sW6JxH4E78Wiz1buz>

Link do Relatório de Gestão da FF SP (2020/2021)

<https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/2021/10/fundacao-florestal-divulga-a-versao-2020-2021-do-relatorio-de-gestao/>

### Informes do segundo dia:

1. Apoio com isenção para inscrição de 5 participantes no **X SEMINÁRIO BRASILEIRO SOBRE ÁREAS PROTEGIDAS E INCLUSÃO SOCIAL (SAPIS) E V ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE ÁREAS PROTEGIDAS E INCLUSÃO SOCIAL (ELAPIS) – de 3 a 6 de novembro de 2021**. Mais informações sobre os eventos: <https://doity.com.br/x-sapis>

Manifestação de interesse para o e-mail [snuc@mma.gov.br](mailto:snuc@mma.gov.br) até o final do Fórum amanhã **(22/10 13h)**

O DAP fará o sorteio tentando contemplar o maior número de estados possível e enviará mais informações aos selecionados.

2. André Lima do Projeto Áreas Protegidas Locais anunciou dois eventos, nos quais eles estão envolvidos e gostariam de contar com a presença de todas as pessoas inscritas:
  - a) no dia **04.11 das 11h às 13h** (horário de Brasília) no evento paralelo do SAPIS “**Gestão equitativa: benefícios e boas práticas na gestão das Unidades de Conservação**”; e
  - b) no dia **05.11 das 17h às 19h** (horário de Brasília) no evento principal do ELAPIS “**Equidade nos Sistemas de Áreas Protegidas e Conservadas Locais: Conceitos, Exemplos e Desafios**”.

Programação Geral do 4º Encontro dos Dirigentes do SNUC			
HORA	Dia 1 – 20 de out	Dia 2 – 21 de out	Dia 3 – 22 de out
9h00 - 13h00	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>MESA DE ABERTURA</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Valdir Pereira Ramos Filho, Diretor do DAP/SAP/MMA,</li> <li>- Marcos Rodrigues Penido, Secretário de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente de São Paulo e 1º Secretário da ABEMA,</li> <li>- Marcos Simanovic, Diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação do ICMBio</li> <li>- Marçal Fortes Silveira Cavalcanti, Presidente Interino da ANAMMA</li> <li>- Ângelo Simão, Diretoria de Comunicação da CNRPPN</li> <li>- Manoel Serrão, Superintendente de Programas do FUNBIO</li> <li>- Jens Bruggemann, Diretor do Programa Biosfera/GIZ</li> </ul> </li> <li>• <b>ORGANIZAÇÃO DO ENCONTRO</b></li> <li>• <b>O SNUC EM NÚMEROS</b> O estado da arte do SNUC hoje (com base nos dados do CNUC e do SAMGe)</li> <li>• <b>NOVA PLATAFORMA DO CNUC</b> Apresentar as inovações da nova plataforma, situação atual e previsão de implementação</li> </ul> <p style="text-align: center;"><b>Diálogo em grupos</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>INFORMES:</b> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. <b>SAMGE:</b> ciclo de preenchimento e engajamento dos Órgãos Gestores</li> <li>2. <b>PNAP:</b> Contextualização sobre a primeira avaliação, atualização e compartilhamento dos próximos passos.</li> </ol> </li> <li>• <b>COMUNICAÇÃO: O SNUC, ENGAJANDO AS PESSOAS PELA NATUREZA</b> Apresentação da Identidade Visual do SNUC <b>Diálogo em grupos</b></li> <li>• <b>MECANISMOS FINANCEIROS PARA UNIDADES DE CONSERVAÇÃO LOCAIS</b> Guia de captação de recurso desenvolvido com apoio do Projeto Áreas Protegidas Locais</li> <li>• <b>RPPN – CONTRIBUIÇÕES PARA O SNUC</b> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. <b>SIMRPPN – Benefícios da ferramenta para os Órgãos Gestores (ICMBio)</b>  Bernardo Brito, Coordenador de Criação de Unidades de Conservação/ICMBio</li> <li>2. <b>Boas práticas para fomentar processos de criação de RPPN e a superação dos desafios para inclusão das RPPNs no CNUC -</b> Ângelo Simão - CNRPPN (Confederação Nacional das RPPNs) e Laercio de Sousa - Projeto Reservas Privadas do Cerrado</li> </ol> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>BOAS PRÁTICAS na gestão e consolidação do SNUC</b> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. <b>Boas práticas na gestão e consolidação do SNUC nos estados (ABEMA) -</b> Maurício Guerra (SEMAS/PE)</li> <li>2. <b>Sustentabilidade financeira:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Parceria Público Privado: Projeto Reviva Parques -</b> Rejane Pieratti, IBRAM/DF</li> <li>- <b>Oportunidades de alternativas financeiras -</b> Fábio Ribeiro/FUNBIO</li> </ul> </li> <li>3. <b>Integração das UCs aos contextos locais -</b> Projetos comunitários - Andréa Moreira, SEMA/CE</li> <li>4. <b>Brigada Voluntária -</b> Hudson Felix, ICMBio</li> <li>5. <b>Recuperação de Áreas Degradadas em UCs -</b> Otávio Ferrarini, DECO/SAS/MMA</li> <li>6. <b>Plano de Manejo -</b> Daniel Castro (ICMBio) e Helen Duarte (IEF/MG)</li> </ol> </li> <li>• <b>AVALIAÇÃO E SUGESTÕES PARA O PRÓXIMO ENCONTRO (1º Semestre de 2022)</b></li> </ul>

# Quais temas você sugere para o próximo Encontro do Fórum de Gestores do SNUC? Mencione duas prioridades.

Sugiro a inclusão das Reservas da Biosfera no Fórum de Gestores.

Criar um informativo mensal sobre as iniciativas do MMA relacionadas ao SNUC que estão em curso. Esse informativo poderia ser amplamente compartilhado pelas redes sociais.

Implementação de Termos de Compromisso com moradores ou comunidades que utilizam recursos naturais de UCs de Proteção Integral

As discussões foram muito ricas. Pensar na possibilidade de realizar um fórum aberto nacional online para possibilitar a participação de um maior número de pessoas interessantes pelo tema.

Disponibilizar uma lista de contatos dos participantes do fórum para possibilitar aproximações entre as partes interessadas.

Plano de manejo e concessão.

Comunicação/Educação ambiental e Ecoturismo

Mudanças Climáticas Mercado de carbono

Como sugestão o tema Mosaico de Unidades de Conservação e Trabalhos com Comunidades tradicionais



# Quais temas você sugere para o próximo Encontro do Fórum de Gestores do SNUC? Mencione duas prioridades.

Monitoramento da Biodiversidade

Concessões, permissões de uso e outras parcerias

Implementação do plano de manejo

Inclusão de novas categorias de UC no SNUC

Experiências de Gestão Compartilhada com OSCIP

IMPLEMENTAÇÃO DO SIMRPPN NOS ESTADOS;  
PROGRAMAS DE APOIO A CRIAÇÃO DE UC NOS  
MUNICÍPIOS; AVALIAÇÃO DA GESTÃO DAS RPPN;  
CRIAÇÃO DE UC;

Reconhecimento de mosaicos de UC e de Corredores ecológicos

Populações residentes em ucps, mosaicos de aps

Acompanhamento da nova metodologia de plano de manejo e discussões sobre cursos que estejam ocorrendo ou tenham ocorrido entre estados e icmbio.



# Quais temas você sugere para o próximo Encontro do Fórum de Gestores do SNUC? Mencione duas prioridades.

1. Gestão e adaptação a mudanças do clima  
2. Pagamento por Serviços Ambientais

Uso Público

Incluir melhorias nas atribuições dos Estados e Municípios junto ao Sistema Nacional de UCs.

Uso público e geração de renda  
Gestão participativa (inovações e casos de sucesso)

Implementação de planos de manejo

REDD++

Papel dos SEUCs junto ao Cadastro Nacional de Unidades de Conservação

Concessão de Uso Público em UCs

Gestão integrada de UCs, caso dos mosaicos.



QUADRO 1. Lista de participantes do 4º Encontro do Fórum de Dirigentes do SNUC – dia 20 de outubro de 2021.

<b>N</b>	<b>Nome</b>	<b>Instituição</b>
1	Adriano Alex Santos e Rosário	SEMA/AC
2	Alair de Souza	IMA/SC
3	Alex Nazário Silva Oliveira	IMA/AL
5	André Carlos Schiessl	DAP/MMA
6	André Lima	GIZ BR
7	Ângelo Simão	CNRPPN
8	Aurélio José de Aguiar	IMA/SC
9	Angélica Beatriz Corrêa Gonçalves	NATURATINS/TO
10	Betânia Santos Fichino	DAP/MMA
11	Jens Brueggemann	GIZ BR
12	Caio Cesar N. Sousa	SEMAD/GO
13	Catharina Teixeira	SEMAR/PI
14	Daline Vinhal Pereira	DAP/MMA
15	Daniel Vilasboas Slomp	SEMA/RS
16	Eduardo Barretto	SEMARH/AL
17	Eduardo Idelfonso Lardosa	INEA/RJ
18	Eduardo Moraes Macedo	INEMA/BA
19	Elder Monteiro Antunes	SEMA/MT
20	Euryandro Costa	SEMA/AP
21	Fabio Ribeiro Silva	Funbio
22	Fernanda F. C. Marques	Funbio
23	Flávia Neri de Moura	IMASUL/MS
24	Francine Diniz Baptista	DAP/MMA
25	Helen Duarte Faria	IEF/MG

*Continua...*

Continuação QUADRO 1. Lista de participantes do 4º Encontro do Fórum de Dirigentes do SNUC – dia 20 de outubro de 2021.

<b>N</b>	<b>Nome</b>	<b>Instituição/UF</b>
26	Joana Fava Cardoso Alves	FF/SP
27	João Costa	SEMA/MA
28	Joseany Trabarch	IEMA/ES
29	June Beatriz Muller	DAP/MMA
30	Kadja M. Mendonça de Paula	IMA/SC
31	Luciano Bonotto	IMA/SC
32	Laercio M Sousa	Rede RPPN
33	Laís	
34	Larissa Carvalho	SEMAR/PI
35	Leonardo Almeida Borralho	SEMA/CE
36	Lia Mendes Cruz	DAP/MMA
37	Leonardo Toste Palma	IMASUL/MS
38	Luciano Bonotto	IMA/SC
39	Magna Helena	ABEMA
40	Magno Oliveira	IDEFLORBio/PA
41	Manoel Serrão Borges de Sampaio	FUNBIO/RJ

Continua...

Continuação QUADRO 1. Lista de participantes do 4º Encontro do Fórum de Dirigentes do SNUC – dia 20 de outubro de 2021.

<b>N</b>	<b>Nome</b>	<b>Instituição/UF</b>
41	Marcelo Alves Pacheco	SEMAD/GO
42	Maria-Olatz del Rosario Cases Vega	GIZ BR
43	Maria Claudelúcia Nogueira Ferreira	CPRH/PE
44	Marina Faria do Amaral	DAP/MMA
45	Mateus Camilo Leite Matos	INEMA/BA
46	Mauricio F. Sacramento	ICMBio
47	Maurício José A. de Araújo	NATURATINS/TO
48	Michele Akemi Ueno Sato	DAP/MMA
49	Mirna Pinheiro Caniso	SEMAPI/AC
51	Maria José Cabral	IDEMA/RN
52	Maria do Perpétuo Socorro	IDEFLORBio/PA
53	Nayara Pereira Chaves	DAP/MMA
54	Paulo Fernandes Scheid	IEF/MG
55	Rafael Agrello Dias	SAS/MMA
56	Rafael Laia	IDEMA/RN
57	Raoni Luna Santos	CPRH/PE
58	Renata Carolina Gatti	MMA
59	Rodrigo Almeida	IDEFLORBio/PA
60	Rogério Rodrigues	ICMBio
61	Rosiane de Jesus Pinto	DAP/MMA
62	Sanny Costa Saggin	CUCO/SEMA/MT
63	Sonia Maria Sfair Kinker	DAP/MMA
64	Soraya Alves	IDEFLORBio/PA
65	Valdir Pereira Ramos Filho	DAP/MMA
66	Vanessa C. C. Teixeira	DIBAPE/INEA/RJ
67	Vaneska Vasconcelos	SEMAR/PI

QUADRO 2. Lista de participantes do 4º Encontro do Fórum de Dirigentes do SNUC – dia 21 de outubro de 2021.

<b>N</b>	<b>Nome</b>	<b>Instituição/UF</b>
1	Alair de Souza	IMA/SC
2	Alex Nazário Silva Oliveira	IMA/AL
3	Ana Claudia da Costa Leitão	SEMAS/PE
4	Andrea	SEMA/AM
5	Andrea Varella Teixeira	DAP/MMA
6	Andréa de Sousa Moreira	SEMA/CE
7	Andréa Franco de Oliveira	INEA/RJ
8	Angélica Beatriz Corrêa Gonçalves	NATURATINS/TO
9	Ângelo Simão	CNRPPN
10	Antônio Derley de Sousa Pereira	SEMA/CE
11	Aurélio José de Aguiar	IMA/SC
12	Bernardo Ferreira Alves De Brito	ICMBio
13	Betânia Santos Fichino	DAP/MMA
14	Clarice Costa	DAP/MMA
15	Daline Vinhal Pereira	DAP/MMA
16	Daniel Vilasboas Slomp	SEMA/RS
17	Débora Rocha Aguiar Veras	INEA/RJ

*Continua...*

Continuação QUADRO 2. Lista de participantes do 4º Encontro do Fórum de Dirigentes do SNUC – dia 21 de outubro de 2021.

<b>N</b>	<b>Nome</b>	<b>Instituição/UF</b>
18	Eduardo Barretto	SEMARH/AL
19	Eduardo Morais Macedo	INEMA/BA
20	Elder Monteiro Antunes	SEMA/MT
21	Elizabete Burkhardt	IMASUL/MT
22	Euryandro Ribeiro Costa	SEMA/AP
23	Fabio Matsumoto Ricarte	DAP/MMA
24	Flávia Neri de Moura	IMASUL/MS
25	Francine Diniz Baptista	DAP/MMA
26	Helen Duarte Faria	IEF/MG
27	Jefferson Souza	SEMA/MT
28	Joana Dias Tanure	DAP/MMA
29	Joana Fava Cardoso Alves	FF/SP
30	June Beatriz Muller	DAP/MMA
31	Kadja M. Mendonça de Paula	IMA/SC
32	Laercio Sousa	REDE de RPPN Brasil
33	André Lima	GIZ BR
34	Leonardo Toste Palma	IMASUL/MS

Continua...

Continuação QUADRO 2. Lista de participantes do 4º Encontro do Fórum de Dirigentes do SNUC – dia 21 de outubro de 2021.

<b>N</b>	<b>Nome</b>	<b>Instituição/UF</b>
35	Luciano Bonotto	IMA/SC
36	Marcia Lins	SEMA/AM
37	Maria Claudelúcia Nogueira Ferreira	CPRH/PE
38	Marina Faria do Amaral	DAP/MMA
39	Mauricio F. do Sacramento	ICMBio
40	Maurício José A. de Araújo	NATURATINS/TO
41	Michele Akemi Ueno Sato	DAP/MMA
42	Mirna Pinheiro Caniso	SEMAPI/AC
43	Maria José Cabral	IDEMA/RN
44	Paulo Fernandes Scheid	IEF/MG
45	Rafael Agrello Dias	SAS/MMA
46	Raoni Luna Santos	CPRH/PE
47	Renata Carolina Gatti	DAP/MMA
48	Rogério Rodrigues	ICMBio
49	Rosiane de Jesus Pinto	DAP/MMA
50	Rosivan Moura	
51	Sanny Costa Saggin	CUCO/SEMA/MT
52	Sonia Maria Sfair Kinker	DAP/MMA
53	Soraya Tatiana Macedo Alves	IDEFLORBio/PA

QUADRO 3. Lista de participantes do 4º Encontro do Fórum de Dirigentes do SNUC – dia 22 de outubro de 2021.

<b>N</b>	<b>Nome</b>	<b>Instituição/UF</b>
1	Alair Sousa	IMA/SC
2	Alex Nazário Silva Oliveira	IMA/AL
3	Ana Célia Garcia	SEMAS/PE
4	Ana Cláudia da Costa Leitão	SEMA/AM
5	Andrea Varella Teixeira	DAP/MMA
6	Andréa de Sousa Moreira	SEMA/CE
7	Angélica Beatriz Corrêa Gonçalves	NATURATINS/TO
8	Ângelo Simão	CNRPPN
9	Antônio Derley de Sousa Pereira	SEMA/CE
10	Aurélio José de Aguiar	IMA/SC
11	Betania Santos Fichino	DAP/MMA
12	Bruna Sousa	
13	Caio Cesar N. Sousa	SEMAD/GO
14	Carolina Amario	IBRAM/DF
15	Catharina Teixeira	SEMAR/PI
16	Maria Claudelúcia Nogueira Ferreira	CPRH/PE
17	Daline Vinhal Pereira	DAP/MMA
18	Daniel Castro	ICMBio

*Continua...*

Continuação do QUADRO 3. Lista de participantes do 4º Encontro do Fórum de Dirigentes do SNUC – dia 22 de outubro de 2021.

<b>N</b>	<b>Nome</b>	<b>Instituição/UF</b>
19	Daniel Vilasboas Slomp	SEMA/RS
20	Elder Monteiro Antunes	SEMA/MT
21	Elizabete Burkhardt	IMASUL/MT
22	Fabio Matsumoto Ricarte	DAP/MMA
23	Fabio Ribeiro Silva	Funbio
24	Flávia Neri de Moura	IMASUL/MT
25	Flávia Dinah Rodrigues de Souza	SEMA/AC
26	Francine Diniz Baptista	DAP/MMA
27	Helen Duarte Faria	IEF/MG
28	Hudson Coimbra Felix	ICMBio
29	Janaina Starling	IBRAM/DF
30	Joana Dias Tanure	DAP/MMA
31	Joana Fava Cardoso Alves	FF/SP
32	June Beatriz Muller	DAP/MMA
33	Kadja M. Mendonça de Paula	IMA/SC
34	Laercio Sousa	REDE de RPPN Brasil
35	Liana Anderson	CEMADEN
36	André Lima	GIZ BR
37	Leonardo Toste Palma	IMASUL/MS
38	Luana Vitória Rodrigues	SEMA
39	Luciano Bonotto	IMA/SC
40	Leda Luz	GIZ
41	Magna Helena	ABEMA
42	Maíria Lopes	SEMA/AP
43	Maitê Rodrigues Negret	
44	Manoel Serrão Borges de Sampaio	FUNBIO/RJ

Continuação do QUADRO 3. Lista de participantes do 4º Encontro do Fórum de Dirigentes do SNUC – dia 22 de outubro de 2021.

<b>N</b>	<b>Nome</b>	<b>Instituição</b>
45	Marcela	IBRAM/DF
46	Maria Claudelúcia Nogueira Ferreira	CPRH/PE
47	Marina Faria do Amaral	DAP/MMA
48	Maurício Guerra	ABEMA/SEMAS/PE
49	Maurício José A. de Araújo	NATURATINS/TO
50	Michele Akemi Ueno Sato	DAP/MMA
51	Mirna Pinheiro Caniso	SEMAPI/AC
52	Maria José Cabral	IDEMA/RN
53	Otavio Gadiani Ferrarini	DECO/MMA
54	Paulo Fernandes Scheid	IEF/MG
55	Rafael Agrello Dias	DAP/MMA
56	Rejane Pieratti	IBRAM/DF
57	Renata Carolina Gatti	DAP/MMA
58	Rogério Rodrigues	ICMBio
59	Rosiane de Jesus Pinto	DAP/MMA
60	Sanny Costa Saggin	CUCO/SEMA/MT
61	Soraya Tatiana Macedo Alves	IDEFLORBio/PA
62	Vanessa C. C. Teixeira	DIBAPE/INEA/RJ